

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 110/2024
Data: 10/10/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
OBRA DE TÚNEL NO LITORAL DE SÃO PAULO FAZ MORADORES PEDIREM INDENIZAÇÕES MAIORES POR DESAPROPRIAÇÕES	4
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	5
APROVADA PLANTA DA HIDROGÊNIO VERDE DA FORTESCUE NA ZPE-CE	5
FALHA EM TUBULAÇÃO FAZ ENEVA SUSPENDER OPERAÇÃO DE GÁS EM SERGIPE	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	7
MOVIMENTAÇÃO DE AÇÚCAR E FERTILIZANTES BATEM RECORDE EM AGOSTO DESTA ANO	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
EM PERNAMBUCO, SILVIO COSTA FILHO ASSINA TERMO DE EXECUÇÃO PARA OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO MOLHE DO PORTO DE SUAPE	8
PORTAL PORTO GENTE	9
RUMO ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO 2025	9
INSEGURANÇA NAS ESTRADAS: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE RISCOS COMENTA O CENÁRIO DO ROUBO DE CARGAS NO BRASIL	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – UM NOVO RUMO PARA OS PORTOS BRASILEIROS	12
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Projeto aprovado 1</i>	12
<i>Projeto aprovado 2</i>	12
<i>Projeto aprovado 3</i>	12
<i>Mato Grosso</i>	12
<i>Acesso à X 1</i>	13
<i>Acesso à X 2</i>	13
NACIONAL - GOVERNO ASSINA CONTRATO DE R\$ 543,5 MILHÕES PARA CONSTRUÇÃO DE TUP NO PIAUÍ.....	13
NACIONAL - SALGADO FILHO: TESTES DA FAB ABREM CAMINHO PARA RETORNO DAS OPERAÇÕES	14
NACIONAL - FAMÍLIA SCHURMANN REFORÇA ALERTA SOBRE PRESERVAÇÃO DOS OCEANOS.....	14
BRASIL EXPORT - INFRAESTRUTURA ROBUSTA É CAMINHO PARA CRESCIMENTO DO BRASIL, DIZEM PARLAMENTARES	16
BRASIL EXPORT - GOVERNO ESTIMA 15 LEILÕES RODOVIÁRIOS ATÉ 2025, DIZ DIRETOR DA ANTT.....	17
BRASIL EXPORT - ACESSOS E SUSTENTABILIDADE SÃO PRIORIDADES PARA FUTURO DO SETOR, DIZ JULIANO	18
BRASIL EXPORT - ALEX ÁVILA VÊ MOMENTO DECISIVO PARA REFORMAR LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA	19
BRASIL EXPORT - PRESIDENTE DA PIANC DESTACA PAPEL DO BRASIL NA INOVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AQUAVIÁRIA	20
BRASIL EXPORT - AUTORIDADES PORTUÁRIAS PEDEM AGILIDADE NO NOVO MARCO REGULATÓRIO	21
BRASIL EXPORT - INVESTIMENTOS E CERTIFICAÇÕES SÃO CHAVE PARA SEGURANÇA NOS PORTOS	22
BRASIL EXPORT - INSEGURANÇA JURÍDICA NO SETOR PORTUÁRIO PREJUDICA NEGÓCIOS, DIZ MINISTRO DO TST.....	23
NACIONAL - JURISTAS DEFENDEM MODERNIZAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO PORTUÁRIO PARA IMPULSIONAR ECONOMIA	24
BRASIL EXPORT - MINISTRO DO TST APONTA MELHORIAS NO SETOR DE INFRAESTRUTURA	25
NACIONAL - CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO BRASIL EXPORT 2024.....	26
BAHIA ECONÔMICA - BA	26
“BAHIA SERÁ O PRÉ-SAL DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS”, DIZ DEYVID BACELAR, COORDENADOR DA FUP26	
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	27
NO ANO EM QUE COMEMORA 65 ANOS DE HISTÓRIA, A COPERSUCAR LANÇA NOVA EXPRESSÃO DE MARCA E REFORÇA SUA POSIÇÃO DE MULTINACIONAL BRASILEIRA DEDICADA À BIOENERGIA	27
SÃO PAULO LIDERA EXPORTAÇÃO AGROPECUÁRIA DO BRASIL EM 2024.....	28
TÚNEL IMERSO DE SANTOS/GUARUJÁ GANHA NOVA PREVISÃO DE INÍCIO DAS OBRAS E INAUGURAÇÃO	29
JORNAL O GLOBO – RJ.....	30
HADDAD DIZ QUE REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA, COM ISENÇÃO PARA QUEM RECEBE ATÉ R\$ 5 MIL, SERÁ 'NEUTRA'	30
PETROBRAS VAI INVESTIR R\$ 90 MILHÕES PARA CONSTRUIR PRIMEIRA PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE	31
HADDAD DIZ QUE REPASSOU À ANATEL LISTA DE 2 MIL BETS PARA BLOQUEIO A PARTIR DE SEXTA.....	32
FIRJAN REVÊ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PIB DO RIO DE 3,1% PARA 4% PARA ESTE ANO	33
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	34
LEILÕES DE RODOVIAS: DEZ ANOS APÓS A LAVA JATO, ‘VÁCUO’ DAS CONSTRUTORAS AINDA NÃO FOI PREENCHIDO	34
LIRA NÃO TEM PLANO DE ACELERAR PACOTE QUE ATINGE STF E ALIADOS QUEREM ADIAR PARA DEPOIS DAS ELEIÇÕES.....	36
PROJETO BILIONÁRIO DE MINÉRIO DE FERRO NA BAHIA GANHA IMPULSO COM FUNDO PÚBLICO, PAC E VALE NO RADAR.....	38



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 110/2024
Página 3 de 54
Data: 10/10/2024
www.mercoshipping.com.br
mercoshipping.com.br

HIDROGÊNIO VERDE: PETROBRAS INVESTIRÁ R\$ 90 MILHÕES EM PLANTA-PILOTO NO RN	41
CANDIDATA A SÓCIA DA VALE EM MEGAPROJETO NA BAHIA TEM MENOS DE DEZ ANOS NO RAMO DA MINERAÇÃO	42
VALOR ECONÔMICO (SP).....	45
INFLAÇÃO DOS EUA CAI PARA MENOR NÍVEL DESDE FEVEREIRO DE 2021, EMBORA AINDA COM CERTA PRESSÃO DE PREÇOS 45 POR QUE O POWERSHARING É BOM PARA A UE.....	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	49
DISCUSSÕES SOBRE METAS DE DESCARBONIZAÇÃO TERÃO 2 ENCONTROS TÉCNICOS ANTES DA MEPC83	49
REVISÃO DA NORMA DE AFRETAMENTO COMEÇARÁ POR 8 PONTOS PRINCIPAIS	50
MARINHA ENCONTRA CORPO DURANTE AÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO EM MANACAPURU (AM)	51
MPOR ASSINA CONTRATO DO TUP LUÍS CORREIA E COOPERAÇÃO PARA HIDROVIA DO PARNAÍBA	52
ANTAQ APERFEIÇA PESQUISA SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR AQUAVIÁRIO.....	53
NOVOS CONSELHEIROS DO CAP DOS PORTOS DE SALVADOR E ARATU-CANDEIAS TOMAM POSSE	53
CARGILL INAUGURA CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO EM GOIÂNIA.....	53
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	54
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	54



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

OBRA DE TÚNEL NO LITORAL DE SÃO PAULO FAZ MORADORES PEDIREM INDENIZAÇÕES MAIORES POR DESAPROPRIAÇÕES

Audiência pública foi feita pelo Consema para mostrar os impactos ambientais e sociais da construção

Por Ted Sartori



Quantidade de desapropriações e os valores baixos das indenizações considerados inicialmente foram os focos da audiência pública (Vanessa Rodrigues/AT)

A quantidade de desapropriações e os valores baixos das indenizações considerados inicialmente para os imóveis em Santos, visando a obra do túnel entre a Cidade e o Guarujá, estiveram no foco de audiência pública promovida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e realizada nesta quarta-feira (9) no Teatro Guarany, no Centro. Nesta

quinta (10), às 17 horas, um novo encontro está previsto, desta vez no Teatro Procópio Ferreira, em Guarujá (Avenida Dom Pedro I, 350, Jardim Tejeraba).

A atualização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) prevê 59 desapropriações no Bairro Macuco, em especial na Rua José do Patrocínio. O motivo é o binário que inclui a passagem do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo túnel, o que cortaria pelo meio áreas imobiliárias. O documento foi feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e apresentado por Ana Maria Iversson, socióloga que representa a entidade.

“A conclusão do EIA é que, com ajustes e com todos os programas que são possíveis, viáveis e conhecidos, é possível mitigar os impactos e neutralizá-los”, finaliza Ana Maria, deixando de maneira clara a aprovação para avançar à próxima etapa.

Valor impossível

Faixas foram espalhadas pelo local pedindo, na sua maioria, valores mais justos nas indenizações, argumento exaustivamente repetido nas considerações de dezenas de moradores que se pronunciaram durante a audiência pública. Outros projetos recentes que não previam pouquíssimas desapropriações ou, mesmo, nenhuma também mereceram lembrança, assim como foram propostas estudos para se definir uma quantia que contemple mudança e documentação.

“Estamos tentando negociar com o Governo do Estado um valor justo e adequado, para que as pessoas tenham direito a uma nova moradia. A R\$ 2.390 o metro quadrado (m²), que é o calculado pelo Estado, é impossível. O valor médio de mercado em Santos é de R\$ 11.900 o m². Na Avenida Rodrigues Alves, no Macuco, há um prédio novo a R\$ 8.600 o m², com apartamentos de 65 m²”, argumenta o secretário da Associação Comunitária do Macuco, José Santaella.

Compromisso

A diretora da Companhia Paulista de Parcerias da Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI) do Governo do Estado, Raquel França Carneiro, deixou o compromisso de que seja realizada uma nova reunião com os moradores do Macuco e com a Prefeitura de Santos. O motivo é que a revisão que se faça do estudo ambiental contemple tudo o que foi trazido na audiência.

“Foi muito importante trazer esses valores de desapropriação. Visitando o Macuco, vimos que essa importância era algo incompatível com a vida que se espera levar pós-túnel. Aumentamos a pesquisa na região e queremos garantir que haja moradia digna. Não queremos que isso parta para uma

decisão judicial nem queremos que se repitam na obra do túnel os impactos negativos da obra do VLT. Não abrimos mão de indenização justa, com todo esforço para prever no contrato e amarrar de maneira para que seja executada”. comenta.

A diretora da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Mayla Matsuzaki Fukushima, deixa claro que nada está definido e lembra que a audiência pública serve justamente para que haja contribuições nesse sentido.

“Um dos principais impactos do projeto é a questão das desapropriações dos moradores do Macuco. É um impacto que está sendo considerado no EIA-Rima. A Cetesb está fazendo análise técnica da viabilidade do projeto. Não tem nada aprovado. As contribuições foram muito ricas e tudo isso que foi registrado vai ser considerado no processo de licenciamento, que ainda está em fase de análise”, afirma.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/10/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

APROVADA PLANTA DA HIDROGÊNIO VERDE DA FORTESCUE NA ZPE-CE

A Fortescue recebeu recentemente a Licença de Instalação da autoridade ambiental do Estado do Ceará para iniciar as obras de preparação do terreno

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



ZPE do Pecém, local onde a Fortescue erguerá sua indústria de hidrogênio verde/Foto: Ascom ZPE/Divulgação

O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) aprovou o projeto para a instalação de uma planta de hidrogênio verde (H2V) da Fortescue, no Setor 2 da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Complexo do Pecém, no Ceará.

O projeto da multinacional australiana no Pecém prevê investimentos de R\$ 20 bilhões para construção de uma das maiores plantas de hidrogênio verde do mundo. Serão produzidos na unidade cearense cerca de 500 toneladas diárias de H2V a partir da eletrólise da água, utilizando 1,2 gigawatts de energia renovável.

A companhia recebeu recentemente a Licença de Instalação da autoridade ambiental do Estado do Ceará, a Semace, para iniciar as obras de preparação do terreno e espera anunciar, em breve, a data de início das intervenções de preparação do terreno, que devem começar até o final do ano.

O avanço do Projeto Fortescue no Pecém ainda depende de uma decisão final de investimento (FID, por sua sigla em inglês), que deve ser avaliada em 2025 pela diretoria da empresa.

Para Luis Viga, country manager da Fortescue no Brasil, regimes como a ZPE são fundamentais por conta dos diferenciais competitivos estabelecidos entre todos os agentes envolvidos, como o poder público Federal, Estadual, Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a indústria. “Esse é mais um passo para garantir que o Brasil possa realizar seu potencial de ser líder global na transição para a economia de baixo carbono, o que passa necessariamente pela concretização do hidrogênio verde como fonte de energia e insumo industrial viável”, observa o dirigente.

A expectativa da indústria gira em torno da regulamentação e certificação da lei para que investimentos sejam destravados. Além de gerar energia limpa, o hidrogênio produzido pode ser utilizado no transporte e na fabricação de outros produtos verdes, desenvolvendo áreas transversais

da cadeia de valor do H2V em todo o país, com a produção sustentável de fertilizantes, aço e ecombustíveis. A nova indústria de H2V surge como um vetor da neindustrialização verde no Brasil.

PHBC

A decisão do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) em liberar o projeto da Fortescue no Pecém ocorre menos de duas semanas após o presidente Lula sancionar, em 30 de setembro, o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono e Investimentos (PHBC).

Para a empresa, a aprovação do projeto em um regime como a ZPE consolida um esforço conjunto e integrado do Governo Federal, do Estado do Ceará, do Congresso Nacional, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIVH) e da Fortescue para a consolidação da indústria de produção e distribuição de Hidrogênio Verde no Estado.

Sebastian Delgui, diretor regional de Assuntos Públicos, Comunidades e Comunicações da Fortescue, enfatiza que “este é um importante marco para o desenvolvimento do projeto no Brasil, pois a Fortescue sempre considerou o apoio da ZPE como um ativo para esta iniciativa”.

De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), já foram anunciados mais de 60 projetos de hidrogênio a partir de fontes renováveis no Brasil, que somam R\$ 188,7 bilhões.

Fortescue afina projeto com fornecedores

A Fortescue trabalha atualmente nas últimas definições e ajustes do projeto de engenharia que serão importantes antes de iniciar a preparação da área da planta de hidrogênio verde, cumprindo com todas as normativas socioambientais. Por outro lado, a Fortescue está discutindo com atuais e possíveis fornecedores detalhes do projeto para, assim, seguir avançando com a contratação de serviços e produtos locais necessários para seu desenvolvimento.

Como parte de sua transparência, a Fortescue informa que continuará a comunicar o progresso de seu projeto e suas atividades às partes interessadas locais à medida que se avança nas definições do empreendimento.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/10/2024

FALHA EM TUBULAÇÃO FAZ ENEVA SUSPENDER OPERAÇÃO DE GÁS EM SERGIPE

Segundo a Eneva, já estão sendo feitos estudos para avaliar o tamanho da falha e a tubulação será substituída por outra já disponível no estoque do HUB

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



O Hub Sergipe, no município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe, integra o Terminal de GNL da Eneva à malha da TAG. Foto: Eneva/Divulgação

Maior operadora privada de gás natural do país e geradora integrada de energia, a Eneva suspendeu temporariamente a movimentação de gás natural para a usina termelétrica Porto de Sergipe I e a malha de transporte interligada da Transportadora Associada de Gás (TAG). Em comunicado ao mercado divulgado na

última terça-feira (9), a empresa informou que a interrupção decorreu de uma falha na tubulação de conexão (Riser) entre o navio de armazenamento e regaseificação de gás natural (FSRU) e o gasoduto marítimo do Hub Sergipe. Ainda não há data para a resolução do problema.

“Ações mitigadoras para garantir a operação da UTE Porto de Sergipe I e o cumprimento de todos os contratos e compromissos de fornecimento de gás estão sendo tomadas, utilizando-se, inclusive, da

conexão ao gasoduto da TAG”, destacou o comunicado, que é assinado pelo diretor financeiro e de relações com investidores da Eneva, Marcelo Habibe.

O Hub Sergipe é o primeiro terminal privado de gás natural liquefeito (GNL) conectado a malha de transporte nacional. Um Riser é um tubo que conecta um poço de petróleo ou gás no fundo do mar a uma plataforma ou navio na superfície. A FSRU (floating storage and regaseification unit) é uma unidade que recebe e armazena GNL e depois o transforma de volta em gás. Após isso, o combustível é então transportado para o Hub e à malha de transporte de gás natural.

Ações mitigadoras da Eneva

Segundo a empresa, já estão sendo feitos estudos para avaliar o tamanho da falha e a tubulação será substituída por outra já disponível no estoque do Hub. Entretanto, para que a troca ocorra, é necessária a contratação de uma equipe especializada.

No comunicado também há a garantia de que ações para conter os danos já estão sendo feitas. “Ações mitigadoras para garantir a operação da UTE Porto de Sergipe I e o cumprimento de todos os contratos e compromissos de fornecimento de gás estão sendo tomadas, utilizando-se, inclusive, da conexão ao gasoduto da TAG”, informa.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/10/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

MOVIMENTAÇÃO DE AÇÚCAR E FERTILIZANTES BATEM RECORDE EM AGOSTO DESTE ANO

No mês foram movimentados 4 milhões de toneladas de açúcar e 4,65 milhões de toneladas de fertilizantes



Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Brasília, 10/10/2024 - A movimentação de açúcar e fertilizantes nos portos brasileiros bateu recorde para o mês de agosto atingindo 4 milhões de toneladas e 4,65 milhões de toneladas, respectivamente.

Frente ao mesmo período do ano passado, o açúcar apresentou crescimento, em agosto de 2024, de 33,19% e o fertilizante teve alta de 28,97% no mês. Os dados são do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de

Durante o mês, foram movimentados no total 119,37 milhões de toneladas de cargas. No mesmo período de 2023 a movimentação havia atingido 120,20 milhões de toneladas. No acumulado do ano, o aumento na movimentação foi de 3,41% (885 milhões) frente aos oito primeiros meses de 2023.

Cargas

A movimentação de contêiner também teve a melhor movimentação para um mês de agosto com 13,16 milhões de toneladas, um aumento de 12,68% em comparação com o mesmo período do ano passado, representando 1,21 milhão de TEUs. Desse total, 8,72 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 4,30 milhões por cabotagem.

Carga geral movimentou 4,93 milhões de toneladas no oitavo mês do ano (+0,98%) e granéis sólidos apresentaram movimentação de 75,53 milhões de toneladas em agosto (+0,32%). Por sua vez, granéis líquidos movimentaram 25,75 milhões de toneladas (- 9,17%).



Navegação

A cabotagem foi responsável pela movimentação de 24,39 milhões de toneladas nos portos brasileiros durante o mês de agosto, o que representa um aumento de 0,82% em comparação com o mesmo período do ano passado.

A movimentação de cargas de longo curso foi de 88,01 milhões de toneladas no oitavo mês de 2024 (+0,70%) e a navegação interior movimentou 6,75 milhões de toneladas de cargas (-19,08%), diretamente impactada pelas secas.

Portos Públicos

Os portos públicos movimentaram 44,63 milhões de toneladas de cargas em agosto de 2024. O número representa aumento de 9,08% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Entre os 10 portos públicos que mais movimentam no país, o com maior crescimento em agosto foi o Porto de Suape (PE). O aumento foi de 42,03%, em comparação com agosto de 2023, e a movimentação atingiu 2,67 milhões de toneladas.

Seguido pelo Porto do Rio de Janeiro (RJ) com um acréscimo de 29,84% e movimentação de cargas que atingiu 1,25 milhões de toneladas e o Porto de Vila do Conde (PA) com alta de 15,2% e movimentação de 1,59 milhões de toneladas de cargas.

Terminais Privados

Nos terminais autorizados houve uma queda de 5,73% na movimentação em relação a agosto do ano passado, puxada pela queda na movimentação de granéis líquidos. O setor movimentou 74,74 milhões de toneladas de cargas.

Entre os 20 TUPs que mais movimentaram em agosto, o com o maior crescimento de movimentação, comparado ao mesmo mês do ano passado, é o Terminal de Minério localizado no Porto do Açu (RJ) com uma alta de 33,71%. O terminal, que é o terceiro maior terminal privado de minério de ferro do país, movimentou 2,46 milhões de toneladas de cargas.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 10/10/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

EM PERNAMBUCO, SILVIO COSTA FILHO ASSINA TERMO DE EXECUÇÃO PARA OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO MOLHE DO PORTO DE SUAPE

Empreendimento vai ampliar a segurança dos trabalhadores e minimizar a ação das ondas e das correntes marítimas

Em Recife (PE), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assina, nesta sexta-feira (11), às 15h, o Termo de Compromisso para dar início às obras da 4ª fase de recuperação do molhe do Porto de Suape. Com investimentos de R\$ 123 milhões, o empreendimento faz parte da carteira do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A intervenção faz parte de um pacote para ampliar a segurança da infraestrutura portuária.



O empreendimento visa a recomposição do prolongamento do molhe, que havia sofrido sérios danos na Berma Hidráulica durante os anos, garantindo a integridade e sua função de proporcionar condições seguras para manobra e atracação dos navios no Porto de Suape, minimizando a ação das ondas e das correntes marítimas. Elas terão início ainda no mês de outubro e a previsão é de que sejam finalizadas em maio de 2028.

Movimentação portuária

Entre janeiro e julho deste ano, a movimentação no complexo portuário de Suape foi de R\$ 14.486,864, um aumento de 2,76% em relação ao mesmo período de 2023. Atualmente, o Complexo Industrial Portuário de Suape contém 83 empresas em operação distribuídas em 12 polos industriais, gerando cerca de 20 mil empregos.

Credenciamento

A cerimônia será realizada no Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo de Pernambuco. Ao final da cerimônia, o ministro Silvio Costa Filho fará visita ao Porto de Suape onde atenderá os jornalistas presentes no local. Importante destacar que será disponibilizado o transporte para os profissionais que farão a cobertura. Dúvidas acerca da agenda podem ser esclarecidas pelos seguintes canais: ascom@mpor.gov.br ou pelo 61 9 8157-9169.

Serviço

O quê : Assinatura do Termo de Compromisso de Execução da obra de recuperação do Molhe do Porto de Suape (PE)

Quando: Sexta-feira, 11 de outubro, às 15h

Onde: Rodovia Indonésia, S/N

Bairro: Distrito Industrial de Ipojuca - Suape

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/10/2024



PORTAL PORTO GENTE

RUMO ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO 2025

Redação Portogente

Os interessados devem se inscrever de 7 de outubro até 5 de novembro. As vagas estão distribuídas nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná

A Rumo, maior operadora de ferrovias do Brasil, em parceria com a Eureka (consultoria e plataforma digital especializada em recrutar e desenvolver jovens talentos), está com inscrições abertas para a nova edição do seu Programa de Estágio. As vagas estão disponíveis para os seguintes locais: São Paulo, Santos, Araraquara, Itu e Rio Claro - todas as cidades localizadas no estado de São Paulo; Curitiba, no Paraná; e em Primavera do Leste, em Mato Grosso.



O Programa contemplará alunos matriculados em cursos nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo em com formação prevista em junho a dezembro de 2026 nas modalidades presencial, semipresencial ou ensino a distância.

Para participar do processo seletivo, os interessados devem acessar de 7 de outubro até 5 de novembro, o link e preencher todas as informações solicitadas. A previsão é que os selecionados ingressem na Rumo em fevereiro de 2025. A trilha inicial do processo será online, podendo ocorrer visitas às unidades operacionais, considerando quatro

etapas: inscrições, trilha online (Fit Cultural, Mais Sobre Você e Desafio Online) - testes via formulários, painel, entrevistas.

A concessionária está em busca de novos talentos que tenham o perfil inovador, colaborativo, resiliente e com pensamento ágil. As oportunidades disponíveis estão abertas para todas as pessoas, independentemente da identidade ou expressão de gênero, orientação sexual, religião, etnia ou raça, idade, neurodiversidade, status de deficiência ou cidadania.

"A Rumo acredita que ampliar a diversidade, a equidade e a inclusão é uma premissa fundamental para o desenvolvimento das pessoas e do negócio. Para isso, a companhia tem concentrado esforços em promover um ambiente cada vez mais igualitário e livre, sem preconceitos", afirma Carolina Andrade, gerente Executiva de Desenvolvimento Humano e Organizacional.

Além dos benefícios, a empresa oferece qualificação para atuar em áreas operacionais e administrativas, além da possibilidade de participar de projetos que os farão adquirir todas as competências necessárias para o mercado de trabalho.

Segundo Carolina, os aprovados vão adquirir todas as competências necessárias para o mercado de trabalho. "Estagiar na Rumo é uma oportunidade única. Além dos aprovados aprenderem todos os detalhes sobre como atuar na ferrovia, a concessionária oferece qualificação para que eles possam exercer cargos em áreas operacionais e administrativas", finaliza.

Os selecionados serão desenvolvidos por meio de um programa estruturado em três pilares: Matriz de Treinamento, que implica conteúdos específicos para apoiar as atividades de rotina; encontro com lideranças, um contato com diversas áreas para imersão no negócio e expansão do olhar para a carreira; e projeto de melhoria, uma oportunidade de colocar os conhecimentos em prática e fazer a diferença no negócio com o desenvolvimento de um projeto focado nas necessidades da área.

Benefícios

Entre os benefícios, os aprovados terão direito a bolsa auxílio com remuneração compatível com o mercado; vale-refeição e alimentação; vale-transporte; gympass; programa de assistência psicológica, jurídica e financeira; universidade corporativa; farmácia, assistência médica, auxílio home office, seguro de vida, entre outros.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 10/10/2024

INSEGURANÇA NAS ESTRADAS: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE RISCOS COMENTA O CENÁRIO DO ROUBO DE CARGAS NO BRASIL

Redação Portogente

Estimativa de casos passa de 6 mil entre 2018 e primeiro trimestre de 2024, segundo números apresentados no portal de Acesso à Informação da Polícia Rodoviária Federal



Caminhos do crime

Os perigos nas estradas brasileiras ultrapassam os limites das pistas e colidem diretamente com os departamentos financeiros e logísticos de empresas que dependem das rodovias para transportar bens e produtos. Dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) revelam que 75% da circulação de todas as mercadorias pelo Brasil é feita através do modal rodoviário. De acordo com o órgão, o país tem a 4ª maior

rede de estradas do mundo, com mais de 1,7 milhões de quilômetros de vias, o que faz do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) tão importante para a economia brasileira a ponto de virar sigla oficial, mas também é motivo de preocupação.



O Sudeste é a região do Brasil que registra os maiores índices de roubos, furtos, saques e sequestros de produtos em trânsito. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo são os Estados mais afetados pelas ações criminosas; os números de 2023 referentes à subtração de cargas nas rodovias mais visadas pelos infratores, a BR-116, a BR-381 e a BR-101 chegaram, respectivamente, a 968 nos limites de SP, 2.239 em MG, e 269 na BR-101, no RJ, conforme levantamento da PRF.

James Theodoro, especialista em gerenciamento de riscos para Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) e CEO da Korsá Riscos e Seguros, explica que, além da posição geográfica favorável, o Sudeste — fronteira com outras 4 regiões do país: Centro-Oeste, Nordeste e Sul — está no eixo das ameaças à movimentação de mercadorias porque é grande produtor e consumidor de bens, caminho perfeito para a tática das quadrilhas em ganhar tempo e desviar a atenção das autoridades responsáveis pelo patrulhamento das vias:

- São Paulo é o maior produtor de mercadorias e também é o maior consumidor do Brasil, seguido do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Quase 80% dos roubos de cargas acontecem nesses estados, há quadrilhas especializadas, extremamente organizadas que atuam sob o esquema "rouba aqui, entrega logo ali", então há uma logística bem estruturada.

O especialista da Korsá Riscos e Seguros enfatiza que é igualmente fundamental observar as outras regiões do país e dá exemplos de como o sistema de crimes funciona em outras áreas do Brasil:

- No Centro-Oeste e no Sul têm ocorrido aumento de roubos, principalmente de grãos, de ureia, de soja, ou seja, commodities ligadas ao agronegócio. Mais uma vez, vemos a lógica do roubo de cargas.

O que as empresas podem fazer para proteger o patrimônio?

Os bens de uma organização são, além dos ativos financeiros e produtos oferecidos, a reputação e as pessoas envolvidas em todas as etapas do processo, como a equipe de funcionários, os fornecedores e os compradores. As ameaças das estradas requerem análises cuidadosas por parte dos órgãos públicos, para que fortaleçam as políticas públicas para o TRC, e por parte das empresas, para que criem um "Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) adequado e robusto, com procedimentos específicos para cada viagem, com uso de tecnologias inteligentes e com equipes de trabalho treinadas, de modo que minimize ocorrências e preserve a vida humana durante as operações de transporte", conforme aponta James Theodoro.

Contratar seguros faz parte das boas práticas de manutenção dos negócios tanto para as entidades donas de mercadorias, quanto para as transportadoras. A Lei de Seguro de Transporte Nacional (14.599/23), por exemplo, é uma medida que reforça o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e obriga embarcadores (proprietários dos bens) a aderir à cobertura contra danos e riscos dentro do território nacional. Outro seguro obrigatório é o de Responsabilidade Civil-Desaparecimento de Carga (RC-DC), designado ao transportador para dar uma camada de proteção em caso de perda dos produtos, já que, legalmente, as empresas que prestam serviços de transporte são legalmente responsáveis por ressarcir os prejuízos dos contratantes.

As coberturas devem ser personalizadas

Além das responsabilidades impostas pela Lei 14.599/23, as seguradoras estipulam planos de ação de acordo com a necessidade de cada cliente. O nível de exposição do segmento das empresas, o tipo de produtos transportados, as regiões atendidas e o histórico de perdas de anos anteriores são pontos que definem os rumos e os valores da proteção.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 09/10/2024



EDITORIAL – UM NOVO RUMO PARA OS PORTOS BRASILEIROS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A abertura da quinta edição do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (Enaph), nessa quarta-feira, dia 9 – como parte da programação do Fórum Brasil Export 2024, em Brasília – trouxe à tona um tema essencial para o desenvolvimento do Brasil: a modernização da legislação portuária. As palavras do secretário nacional de Portos, Alex Ávila, ecoam a necessidade de um olhar atento e proativo para o setor, buscando aprimorar o marco regulatório e garantir um futuro promissor para os portos brasileiros.

A mais recente Lei dos Portos, sancionada em 2013, representou um avanço para o setor, mas a dinâmica do comércio global e as novas demandas da sociedade exigem uma constante atualização da legislação. A criação da comissão de juristas para revisar a lei – processo que está em sua fase final – é uma oportunidade única para adaptar o marco regulatório às novas realidades e garantir que os portos brasileiros continuem sendo competitivos no cenário internacional.

Como ressaltou o presidente da Abep, Luiz Fernando Garcia, que preside a Portos do Paraná (Autoridade Portuária de Paranaguá e Antonina), a discussão sobre a modernização da legislação portuária deve ser conduzida de forma colaborativa, com a participação de todos os atores envolvidos. A experiência acumulada nos últimos dez anos demonstra que a gestão dos portos públicos evoluiu significativamente, e a busca por um desenvolvimento sustentável e eficiente é uma constante.

A modernização da legislação portuária poderá trazer diversos benefícios para o País. Ao ampliar a segurança jurídica para os investimentos, a nova legislação estimulará a atração de recursos privados para o setor, impulsionando a expansão e a modernização dos portos. Além disso, a simplificação dos processos e a redução da burocracia contribuirão para a agilidade das operações portuárias, reduzindo os custos logísticos e tornando o Brasil mais competitivo no comércio internacional.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/10/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PROJETO APROVADO 1

O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) aprovou o projeto de instalação de uma planta de hidrogênio verde (H2V) da Fortescue, na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Complexo do Pecém (CE). O empreendimento, de R\$ 20 bilhões, envolve a construção de uma das maiores unidades de produção do combustível no mundo, que será capaz de entregar 500 toneladas diárias do produto, utilizando 1,2 gigawatts de energia renovável.

PROJETO APROVADO 2

A Fortescue recebeu, recentemente, a licença de instalação da autoridade ambiental do Estado do Ceará, a Semace. Os trabalhos devem começar até o final do ano.

PROJETO APROVADO 3

Luis Viga, country manager da Fortescue no Brasil, afirmou que regimes como a ZPE são fundamentais devido aos incentivos fiscais que oferecem. “Esse é mais um passo para garantir que o Brasil possa realizar seu potencial de ser líder global na transição para a economia de baixo carbono, o que passa necessariamente pela concretização do hidrogênio verde como fonte de energia e insumo industrial viável”, observa o dirigente.

MATO GROSSO

As obras de infraestrutura logística já iniciadas no Mato Grosso foram tema de uma reunião entre os ministros Renan Filho (Transportes) e Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária) e parlamentares do

estado nessa quarta-feira, dia 9, na sede do Ministério dos Transportes, em Brasília. Entre os projetos discutidos, estava a duplicação da BR-163, entre Sinop até a divisa com o Pará.

ACESSO À X 1

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) iniciou nessa quarta-feira, dia 9, a notificação das prestadoras de serviços de telecomunicações para que permitam a seus clientes o acesso à plataforma X. A medida atende à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que havia suspenso o acesso diante da recusa da plataforma em obedecer a decisões judiciais.

ACESSO À X 2

De acordo com nota da Anatel, caberá a cada uma das prestadoras tomar as providências técnicas necessárias para implementar a ordem judicial. O tempo para a execução do desbloqueio dependerá das medidas empregadas pelas prestadoras, conforme suas especificidades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

NACIONAL - GOVERNO ASSINA CONTRATO DE R\$ 543,5 MILHÕES PARA CONSTRUÇÃO DE TUP NO PIAUÍ

Construção do terminal multifuncional visa modernizar a logística portuária e fortalecer a economia da região do Matopiba

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou o contrato na presença do diretor geral da Antaq, Eduardo Nery, e do governador do Piauí, Rafael Fonteles

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou na quarta-feira, dia 9, o contrato para a construção do Terminal de Uso Privado (TUP) em Luís Correia, Piauí, com investimento de R\$ 543,5 milhões. A obra visa modernizar a infraestrutura portuária da região e promete aumentar a arrecadação em R\$ 300 milhões por ano, além de dobrar o PIB do Piauí em até 10 anos. O TUP será multifuncional, permitindo a movimentação de diversos tipos de carga e recebendo embarcações de até 60 metros.

O ministro destacou a assinatura como “um movimento importante para a construção da TUP”, afirmando que representa um avanço significativo para um estado que não contava com porto ou hidrovia. O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), reforçou que a iniciativa é crucial para a credibilidade do projeto e planeja parcerias público-privadas para a operação do porto e produção de hidrogênio verde, que beneficiarão toda a região do Matopiba.

Durante a cerimônia, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, ressaltou a importância do contrato de adesão para o projeto e a necessidade de avançar nas etapas de licenciamento ambiental e estruturação do plano de negócios. Até agora, foram investidos R\$ 35 milhões na fase inicial, cobrindo a construção do pátio, estrada de acesso e sede do terminal.

O diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, também esteve presente na cerimônia de assinatura do contrato.

Hidrovia

Além disso, Silvio Costa Filho assinou um acordo de cooperação técnica para a delegação da hidrovia do Parnaíba ao estado do Piauí, permitindo que o Governo Estadual assumira a responsabilidade por contratos existentes e pelo desenvolvimento de estudos necessários. O ministro considerou a hidrovia uma marca para Piauí e Maranhão, enfatizando seu simbolismo e importância estratégica para o Nordeste.

A hidrovia do Rio Parnaíba, com 1.344 km de extensão, é essencial para o transporte de cargas regionais, especialmente grãos, e atende comunidades ribeirinhas. Apesar de sua importância, a infraestrutura atual enfrenta limitações que impactam a eficiência do transporte fluvial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

NACIONAL - SALGADO FILHO: TESTES DA FAB ABREM CAMINHO PARA RETORNO DAS OPERAÇÕES

Com 85% das obras concluídas, aeroporto de Porto Alegre deve reabrir parcialmente no próximo dia 21

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Com a retomada das operações prevista para 21 de outubro, o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, iniciou testes de segurança com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB). Profissionais do Grupo Especial de Inspeção de Voo da FAB realizaram manobras de aproximação, pouso e decolagem, testando pela primeira vez os equipamentos de operação do aeroporto, desligados desde o alagamento da pista em maio. “Este trabalho da FAB é fundamental para garantir a segurança dos profissionais e passageiros do transporte aéreo. O retorno das operações representa um marco significativo para a mobilidade e a economia do Rio Grande do Sul. Estamos monitorando de perto o progresso para assegurar que todas as etapas sejam cumpridas conforme o planejado”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho, que visitará o Salgado Filho na próxima semana.

Neste momento, o aeroporto utilizará uma pista de 1.730 metros e será dedicado apenas a voos domésticos. A reabertura total da pista de 3.200 metros está prevista para 16 de dezembro, quando o aeroporto voltará a receber voos internacionais.

“Ficaram 3 milhões de passageiros a menos que deixaram de passar pelo aeroporto de Porto Alegre neste período de interdição”, disse o ministro, ressaltando o impacto positivo da retomada na autoestima da população.

Inspeções também estão sendo realizadas nas áreas internas do aeroporto. Parte dos equipamentos voltou a funcionar há três meses, com operações de check-in temporariamente em um shopping de Canoas. A Base Aérea de Canoas foi adaptada para pousos e decolagens durante a interdição.

Segundo a Fraport, concessionária responsável pelo aeroporto, cerca de 85% dos trabalhos de recuperação já foram concluídos, abrangendo desde esteiras de bagagens até sistemas de energia e de TI.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

NACIONAL - FAMÍLIA SCHURMANN REFORÇA ALERTA SOBRE PRESERVAÇÃO DOS OCEANOS

Nova etapa da Voz dos Oceanos recolhe mensagens em diversas paradas no Brasil para levar ao G20, destacando o impacto da poluição

Por ALEXANDRE FERNANDES alexandre.fernandes@redebeneews.com.br



Em Guarujá, o casal Wilfredo e Heloísa Schurmann deu detalhes da Rota Brasil, nova etapa da expedição Voz dos Oceanos, que percorre cidades do litoral brasileiro

Em 2021, a Família Schurmann deu início à expedição Voz dos Oceanos para chamar a atenção do mundo para a poluição dos mares. Em 2024, em meio a tantos eventos climáticos extremos, o grito de socorro é ainda mais forte. “As pessoas não colocam na cabeça que os



oceanos têm a ver com tudo isso que está acontecendo”, disse o capitão Vilfredo Schurmann ao BE News. Ele e a esposa Heloísa concederam entrevista no late Clube de Santos, na cidade de Guarujá (SP), um dos pontos de parada da nova etapa da jornada marítima, a Voz dos Oceanos - Rota Brasil.

Com mais de 40 anos de experiência em alto-mar, Vilfredo enfatizou a importância dos oceanos e o impacto causado pelo descarte de resíduos, principalmente plásticos. “Os oceanos é que regulam o clima. Os oceanos estão se descontrolando. E eles são responsáveis por 60% do nosso oxigênio”.

A Família Schurmann pretende levar esse alerta às lideranças mundiais. Mas quer mostrar também que a preocupação com o meio ambiente não é só dela, mas de muitos brasileiros. Por isso, criou o Ecoando Vozes. Por onde passa, a tripulação coleta mensagens de ambientalistas, estudantes, educadores, líderes de iniciativas e ONGs e de representantes da sociedade civil, formando um mural a bordo. A ideia é que tudo seja entregue à cúpula do G20, bloco que reúne as 20 maiores economias do planeta. O encontro está programado para os dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro, justamente o destino final da temporada 2024 da Rota Brasil.

Questionada sobre qual tem sido o pedido mais frequente nessas mensagens, Heloísa respondeu: “‘Salvem os oceanos’. Essa é a mensagem que a gente mais tem visto”. Vilfredo confirmou: “É um absurdo a quantidade de plástico que estão jogando”.

Apesar da situação alarmante, Heloísa, uma das líderes da expedição, consegue ver um ponto positivo. “Com todos esses desastres, a gente percebe que as pessoas estão começando a tomar consciência. Isso é fundamental. Aumentou muito o número de pessoas conscientes. Estudantes, ONGs que estão fazendo um trabalho para reverter esse cenário. Isso me deixa muito feliz”.

Programação

A Voz dos Oceanos - Rota Brasil teve início no dia 10 de setembro, em Florianópolis (SC). Passou por outras cidades do estado, como Itajaí, Balneário Camboriú e São Francisco do Sul, além de Paranaguá e Ilha do Mel, no Paraná. A exemplo das paradas anteriores, em Santos e Guarujá os tripulantes farão visitas a instituições que promovem ações socioambientais. Entre elas, o Instituto Gremar, de Guarujá, que atua na gestão da fauna marinha, educação ambiental e em projetos de pesquisa nas áreas de conhecimento biológico, medicina veterinária e conservação ambiental; e o Instituto Ecofaxina, que faz ações para reduzir o aporte de plástico no oceano, protegendo o manguezal no estuário de Santos e São Vicente.

No sábado, dia 12, em parceria com a operadora portuária e logística Santos Brasil, a tripulação fará uma programação especial, incluindo visita ao Instituto Arte em Movimento Ana Zucchi, também em Guarujá, que tem a missão de democratizar a cultura e oferecer formação em dança para jovens carentes.

Vitória Régia

Em alguns casos, a Família Schurmann recebe representantes de instituições a bordo do barco que escolheu para esta nova etapa da Voz dos Oceanos, o veleiro Vitória Régia. Com 18 metros de comprimento, a embarcação tem como proprietário Fernando Horn, um dos tripulantes da Rota Brasil.

Assim como o veleiro Kat, utilizado na primeira etapa, o Vitória Régia foi projetado para ser sustentável, como explicou Vilfredo. “Temos todo o lixo separado. Fazemos coleta seletiva. Temos um holding tank (tanque de retenção), ou seja, o esgoto é tratado, não é jogado no mar. Temos painéis solares”, disse o capitão, que elogiou a iniciativa. “Tem que ser assim. Os fabricantes de barcos têm que investir em energia limpa”.

Apoio

A Voz dos Oceanos - Rota Brasil 2024 tem como uma de suas apoiadoras a Santos Brasil. A empresa já havia trabalhado em conjunto com a Família Schurmann em ações como o Programa de Educação Ambiental implantado na rede pública de ensino da Baixada Santista, e a Exposição Voz dos Oceanos, realizada entre julho e agosto, em São Paulo.



Utilizado na expedição Voz dos Oceanos - Rota Brasil, o veleiro Vitória Régia tem 18 metros de comprimento e foi projetado para ser uma embarcação sustentável

Para o diretor-presidente da Santos Brasil, Antônio Carlos Sepúlveda, a nova parceria reforça o compromisso da companhia de contribuir para o futuro das próximas gerações. “Nós do setor privado temos que unir forças e apoiar projetos que busquem conscientizar, educar e engajar a sociedade em prol

de mudanças práticas, que gerem impactos positivos no nosso planeta”.

A Villares Metals, uma das líderes de mercado de aços especiais de alta liga na América Latina, também apoia a iniciativa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - INFRAESTRUTURA ROBUSTA É CAMINHO PARA CRESCIMENTO DO BRASIL, DIZEM PARLAMENTARES

Arthur Maia e Beto Martins reforçam a importância de parcerias público-privadas para modernizar o setor logístico e garantir o avanço econômico

Por **YUSEFE SIPP** redacao.jornal@redenenews.com.br



Em seu discurso durante a sessão solene do fórum Brasil Export, o senador Beto Martins defendeu que o governo brasileiro precisa se atentar para a questão da eficiência logística. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Parlamentares do Congresso Nacional defenderam a construção de infraestrutura e a criação de boas logísticas visando o crescimento e desenvolvimento econômico do setor produtivo do Brasil. As falas foram do deputado federal Arthur Maia (União Brasil-BA) e do senador Beto Martins (PL-SC).

Os parlamentares participaram da sessão solene do Brasil Export 2024, Fórum Nacional de Infraestrutura, Logística e Transportes, realizado na noite de quarta-feira (9), em Brasília (DF).

Arthur Maia enfatizou que o Brasil se apresenta como um dos países que mais se destacam na produção de alimentos em todo o mundo. Ele destacou a necessidade da melhoria da infraestrutura.

“A produção de alimentos no Brasil é muito grande. Já era enorme nos anos 1970 e seguimos crescendo. Esse volume exige que tenhamos uma grande infraestrutura. Nós temos um imenso potencial dentro da mineração que está para ser explorado e que, também, exige uma grande infraestrutura nacional. Não tenho dúvida de que nas próximas décadas, o mais importante desafio do Brasil é a construção de infraestrutura”, disse.

O parlamentar destacou o papel da iniciativa privada, que será um dos principais vetores para alavancar os investimentos que vão poder viabilizar uma infraestrutura de qualidade.

“Sabemos que não será o poder público que terá condições de envidar esforços e investimentos capazes de promover essa construção. Por isso, a participação da iniciativa privada é preponderante”, finalizou.

Em seu discurso, o senador Beto Martins defendeu que o governo brasileiro precisa se atentar para a questão da eficiência logística.

“O desenvolvimento sócio-econômico é onde tem eficiência logística. O que torna o Brasil competitivo lá fora não são os preços dos produtos, é o custo da logística. Os governos do Brasil precisam enxergar que tudo está ligado ao setor da logística”, comentou.

Participaram da sessão solene do Brasil Export 2024 os deputados federais João Leão (PP-BA); Julio Lopes (PP-RJ) e Paulo Magalhães (PSD-BA); o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Tiago Sousa Pereira; o CEO da Administração dos Portos de Sines e Algarve José Luis Cacho; o presidente do conselho nacional do Brasil Export José Roberto Campos; e a presidente do conselho feminino do Brasil Export, Gilmara Temóteo.

Brasil Export celebra trajetória de entidades portuárias e logísticas com homenagens

O Grupo Brasil Export e seu quadro de conselheiros distribuíram homenagens durante a sessão solene do Brasil Export 2024, Fórum Nacional de Logística, Infraestrutura e Transportes, realizado na noite de quarta-feira (9).



Homenagem à Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenammar) pelos 35 anos de desafios superados e conquistas acumuladas em prol dos interesses do setor, exercendo papel fundamental na interlocução com o poder público e colaborando para o desenvolvimento da logística marítima no Brasil. A placa foi entregue ao presidente da Fenammar, Marcelo Neri.



Homenagem à Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) pelo marco de 30 anos cumprindo uma agenda voltada para o desenvolvimento do sistema portuário nacional, atendendo às principais demandas dos operadores e sindicatos associados em todo o País. A placa comemorativa foi entregue ao presidente da Fenop, Sérgio Aquino.



Homenagem à Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) pelos 35 anos defendendo os interesses comuns de seus associados junto a órgãos reguladores, fiscalizadores e formuladores de políticas públicas para o setor portuário nacional, contribuindo para o desenvolvimento do comércio exterior e de inovações tecnológicas no País. A placa foi entregue ao Diretor Executivo da Abtra, Angelino Caputo, representando o presidente da entidade, Bayard Umbuzeiro Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - GOVERNO ESTIMA 15 LEILÕES RODOVIÁRIOS ATÉ 2025, DIZ DIRETOR DA ANTT

Rafael Vitale também comentou sobre importantes avanços na iniciativa de modernização de contratos de rodovias

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br



Vitale destacou o início de leilões de trechos rodoviários no Centro-Norte, que serão importantes corredores logísticos para os estados produtores localizados no Centro-Oeste. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, afirmou que o Governo Federal vai realizar mais cinco leilões rodoviários até o final deste ano. Além disso, a agência reguladora, em conjunto com o Ministério dos Transportes, estima realizar até dez

novos leilões em 2025.

Agenda para o ano que vem definida em torno de dez leilões, para buscar a meta de 35 leilões do ministro Renan Filho”, afirmou.

Vitale foi uma das autoridades que participou da sessão solene do Brasil Export 2024, Fórum Nacional de Infraestrutura, Logística e Transportes, realizado na noite de quarta-feira (9), em Brasília (DF).

Dos cinco leilões, o próximo, marcado ainda para o mês de outubro, será o trecho da BR-262 em Minas Gerais. Além disso, estão marcados para o mês de dezembro os lotes 3 e 6 das rodovias do estado do Paraná, trecho da BR-060 e BR-452 em Goiás e a chamada Rota da Celulose, em Mato Grosso do Sul, trecho esse que engloba rodovias federais e estaduais.

Vitale destacou o início de leilões de trechos rodoviários no Centro-Norte, que serão importantes corredores logísticos para os estados produtores brasileiros localizados no Centro-Oeste.

“Vamos fazer o primeiro leilão do Centro-Norte, avançando para leilões novos de rodovias no Centro-Oeste, onde está o nosso celeiro de alimentos, da produção de alimentos, em Goiás, ainda neste ano”, disse.

O diretor-geral da ANTT ainda enfatizou importantes avanços dentro do programa do Governo Federal de otimização de contratos de concessões rodoviárias. A promessa do Ministério dos Transportes é da modernização de 15 contratos, sendo que um deles já foi acordado, da BR-101, no Espírito Santo.

“Temos mais dois projetos que estão na esteira a serem julgados no plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), que são a BR-163 no Mato Grosso do Sul, e a BR-101 no Rio de Janeiro. São 14 contratos que serão protocolados para tentar buscar uma otimização contratual e, assim, eliminar gargalos históricos”, explicou.

O Brasil Export 2024 é uma edição nacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - ACESSOS E SUSTENTABILIDADE SÃO PRIORIDADES PARA FUTURO DO SETOR, DIZ JULIÃO

Com presença inédita das três agências reguladoras no fórum Brasil Export, CEO do grupo defende melhorias logísticas e soluções climáticas

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redebenews.com.br



Durante seu discurso, Fabricio Julião apontou a necessidade de melhorar rodovias e ferrovias, além de celebrar o fortalecimento da comunicação no setor de infraestrutura. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Durante a abertura oficial do Fórum Brasil Export, na quarta-feira (9), o CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, celebrou a conclusão do calendário 2024 dos fóruns promovidos pelo grupo com o intuito de debater o desenvolvimento dos setores portuário, logístico, transportes

e infraestrutura do país.

Ele agradeceu também a presença no evento dos diretores das três agências reguladoras do setor: Eduardo Nery, diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Rafael Vitale, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Tiago Sousa Pereira, diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

“É a primeira vez que contamos com a presença das três agências reguladoras na abertura do evento. Isso demonstra a importância do que estamos fazendo aqui”, citou.

Em seguida, Julião agradeceu aos colaboradores que produzem os eventos e à equipe da Rede BE News de Comunicação, responsável pela cobertura dos fóruns. “Hoje tivemos uma edição histórica do jornal BE News, com 48 páginas. Um setor que sempre se comunicou mal agora passa a ser referência em comunicação para os outros setores”, declarou.

Fabricio também acredita que a palavra de ordem para o desenvolvimento do setor portuário é “acessos”, ou seja, a melhoria das portas de entrada aos portos do país, representadas principalmente pelas rodovias e ferrovias. O CEO ressaltou ainda a necessidade do setor discutir os impactos dos fenômenos climáticos nas operações e desejou que “os clamores possam se transformar em decisivas ações”.

O Fórum Brasil Export começou na última terça-feira (8) e segue até esta quinta-feira (10), em Brasília, sendo considerado como o mais abrangente movimento do setor de logística, infraestrutura e transportes no país.

No último dia do evento, a programação terá painéis voltados às concessões de hidrovias e às oportunidades de investimentos no setor de infraestrutura. O painel principal do dia abordará o panorama das concessões de hidrovias no Brasil, enquanto uma palestra da ApexBrasil discutirá as implicações dessas concessões para o desenvolvimento econômico do país.

Toda a programação dos fóruns é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - ALEX ÁVILA VÊ MOMENTO DECISIVO PARA REFORMAR LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA

Secretário nacional de Portos resalta sinergia do setor com outras frentes econômicas e a importância de ajustes legais

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



Ao lado de Alex Ávila, Luiz Fernando Garcia recebeu uma placa do Grupo Brasil Export alusiva à realização do Enaph das mãos de Fabrício Julião e Gilmar Temóteo. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Na abertura da quinta edição do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviária (Enaph), evento promovido pela Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, afirmou que o setor portuário vive um momento ímpar e com grande oportunidade para melhoria da legislação portuária no Brasil.

“Passados dez anos do marco regulatório do setor portuário, estamos em um momento onde não acredito que tivemos no passado recente, essa oportunidade de promover as discussões que estamos tendo. A comissão criada para fazer a revisão (da Lei dos Portos) é uma oportunidade única de debater, discutir e promover ajustes e melhorias para aprimorar nossa legislação, visando o olhar para frente”, comentou.

Ávila reforçou que o setor portuário está na pauta nacional como um ativo importante e estratégico do Brasil. “A pauta portuária tem uma sinergia grande com outras frentes que carregam a economia do nosso país”, finalizou.

O presidente da Abeph e da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, disse que a discussão do evento servirá para o bom desenvolvimento dos portos públicos e da boa gestão das Autoridades Portuárias.

“Ao longo dessa década, pudemos constatar uma mudança de comportamento dos próprios gestores das Autoridades Portuárias no entendimento natural. Hoje temos certeza que nós brigamos e muito por desenvolvimento, remando todos pelo mesmo caminho, no desenvolvimento dos equipamentos portuários, tão importantes para nossa movimentação, nosso comércio nacional e internacional. Políticas públicas estão sendo aprimoradas, com instrumentos que proporcionam segurança jurídica mais forte”, comentou.

Homenagem

Antes do início dos painéis técnicos, o Grupo Brasil Export homenageou com uma placa comemorativa mais uma realização do Enaph, dentro da programação do Fórum Brasil Export, a partir de uma parceria de sucesso junto à Abeph, tendo a missão de promover discussões sobre questões operacionais, administrativas e técnicas para o desenvolvimento do setor portuário brasileiro.

A placa foi entregue a Luiz Fernando Garcia pelo CEO do Brasil Export, Fabricio Julião, e pela diretora-executiva da Abeph, Gilmara Temóteo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - PRESIDENTE DA PIANC DESTACA PAPEL DO BRASIL NA INOVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AQUAVIÁRIA

Acesso a conhecimento técnico e soluções para infraestrutura aquaviária coloca país em posição estratégica, afirma Francisco Lefler

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



Lefler, que participou de forma virtual, mencionou iniciativas voltadas para a gestão sustentável de recursos naturais, terminais multimodais e navegação interior e marítima. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O presidente internacional da PIANC (Associação Mundial para a Infraestrutura de Transportes Aquaviários, em tradução livre), o espanhol Francisco Esteban Lefler, afirmou que o Brasil pode se beneficiar das iniciativas voltadas à infraestrutura de transporte aquaviário como

membro recente da entidade.

De forma virtual, ele fez uma apresentação dentro do Enaph (Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias), dentro do fórum Brasil Export, em Brasília (DF). No palco estiveram presentes o presidente da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Luiz Fernando Garcia, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o vice-presidente da PIANC para as Américas, o norte-americano Calvin Creech.

A PIANC é uma rede mundial de especialistas que reúne profissionais com expertise em infraestrutura de transporte fluvial e marítimo, com o objetivo de fornecer consultoria técnica para governos e empresas. “A principal capacidade da PIANC é reunir os melhores profissionais do mundo para

trabalhar em temas de interesse global, além de oferecer relatórios técnicos de alta qualidade que auxiliam na implementação de soluções eficazes”, afirmou Lefler.

Ele destacou que o Brasil, como membro recente da organização, tem uma oportunidade valiosa de não apenas acessar esse conhecimento, mas de participar ativamente na formulação de projetos.

Lefler também apontou que a Pianc tem um compromisso especial com países em transição e em desenvolvimento, oferecendo apoio técnico e promovendo eventos internacionais e regionais. “A participação ativa do Brasil permitirá que o país aproveite ao máximo as vantagens de nossa rede global, não apenas como um receptor de relatórios técnicos, mas como um colaborador na produção de soluções para a infraestrutura aquaviária”, explicou. Ele mencionou que o Brasil já tem presença destacada na organização, com o porto de Paranaguá (Paraná) sendo um membro ativo e engajado nos projetos da Pianc.

Entre os principais projetos da Pianc pelo mundo, Lefler mencionou iniciativas voltadas para a gestão sustentável de recursos naturais, terminais multimodais e navegação interior e marítima. Ele também destacou a importância dos estudos sobre mudança climática, resiliência e descarbonização, áreas que têm impacto direto na infraestrutura portuária. “A Pianc está envolvida em projetos como o desenvolvimento de terminais petroquímicos e de hidrocarbonetos, e a revisão de critérios para o movimento admissível de navios durante operações portuárias, temas de grande relevância para o Brasil”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - AUTORIDADES PORTUÁRIAS PEDEM AGILIDADE NO NOVO MARCO REGULATÓRIO

Revisão da Lei dos Portos deve acelerar processos e tornar investimentos em portos públicos mais eficientes, dizem especialistas no Enaph

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebene.com.br



Os presidentes das Autoridades Portuárias de Santos, Rio de Janeiro e Suape defenderam propostas inovadoras e revisão de processos lentos para melhorar o setor no Brasil. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Autoridades Portuárias de portos organizados do Brasil vivem a expectativa da mudança do marco regulatório do setor portuário a partir da proposta que será apresentada na Câmara dos Deputados pela Comissão de juristas que está à frente da elaboração da revisão da Lei dos Portos, de 2013.

No primeiro painel do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (Enaph) — evento promovido pela Associação Brasileira de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) dentro do fórum Brasil Export, em Brasília (DF) —, as companhias públicas pedem uma revisão visando a celeridade de processos e que os investimentos públicos sejam mais atrativos.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, defendeu maior celeridade em processos na gestão portuária.

“É preciso que a gente tente impor boa gestão, com um olhar para a frente. Nossa proposta é que o setor apresente propostas inovadoras em um novo marco regulatório. Nós temos muita lentidão para decisões, gestões e ações consideradas simples que não deveriam estar vinculados a órgãos de controle, com destaque para baixa orçamentária”, destacou.

O diretor-presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape (PE), Márcio Guiot, destacou que a nova proposta visa tornar os investimentos em portos públicos mais atrativos.

“Não se pode demorar de seis a oito meses para fazer uma contratação de determinado serviço. A expectativa que a gente coloca no trabalho da Ceportos é de realmente trazer não só mecanismos, mas tornar o investimento no porto público mais atrativo, como trazer ferramentas com que a gente possa trabalhar de uma forma mais célere e mais eficiente”, comentou.

O diretor-presidente da PortosRio, Francisco Martins, destacou o baixo uso de execução orçamentária dos portos públicos e que, para contornar este necessário, é necessário bastante trabalho.

“O grande remédio para a eficiência é trabalho, pensar fora da caixa. Não se acomodar com as respostas de que sempre foi de um jeito. Esse tem sido o maior desafio, uma maior provocação, de ser bastante exigente em que os processos sejam revistos”, pontuou.

O Brasil Export 2024 é uma edição nacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - INVESTIMENTOS E CERTIFICAÇÕES SÃO CHAVE PARA SEGURANÇA NOS PORTOS

Painel do Enaph destaca a necessidade de mudanças culturais e tecnológicas para garantir operações seguras

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebenews.com.br



O debate do Enaph, realizado dentro do fórum Brasil Export, destacou o papel das certificações e do monitoramento inteligente para garantir operações seguras nos portos. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Os principais desafios e avanços na gestão da segurança nos portos brasileiros vieram à tona no painel “Iniciativas para ampliar a segurança nos complexos portuários” do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviária (Enaph). O evento promovido pela Associação Brasileira

das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph) foi realizado dentro da programação do fórum Brasil Export, na quarta-feira (9), em Brasília (DF).

Moderado pela diretora-executiva da Abeph, Gilmara Temóteo, o debate contou com a participação de especialistas do setor que discutiram a importância de investimentos e certificações para garantir a eficiência e a segurança nas operações portuárias.

Diretor-presidente do Porto de São Francisco do Sul (SC), Cleverton Elias Vieira destacou os desafios enfrentados pelo porto, no Pará, que registrou um crescimento de 34% em 2023, mas ainda está em processo de obtenção da Declaração de Cumprimento (DC).

“Estamos sem a DC e trabalhamos há um ano e meio para retomar essa certificação. Estamos na última etapa da auditoria para alcançá-la. Investimos cerca de 25 milhões nesse período para atender as normativas de segurança”, explicou Vieira, reforçando a necessidade de investir

constantemente para acompanhar o aumento da demanda e garantir a conformidade com as regras de segurança.

Já o presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), Marcelo João da Silva, ressaltou a importância de uma mudança cultural nas administrações portuárias em relação à segurança.

“Antigamente, a certificação de segurança ficava em segundo plano nos portos organizados. Hoje, essa agenda é acompanhada de perto pela alta administração”, afirmou Silva. No entanto, ele também destacou as dificuldades que o setor enfrenta, como a falta de recursos e a complexidade da legislação, fatores que impactam o processo de certificação e o cumprimento das normas.

O diretor-presidente da Companhia Docas do Pará, Jardel Rodrigues da Silva, trouxe à discussão os avanços implementados nos portos da região Norte, apontando que os complexos portuários são estratégicos para o desenvolvimento do país.

“No Pará, estamos instalando sistemas de monitoramento inteligente que exigem menos infraestrutura e, ao mesmo tempo, são capazes de compartilhar dados com autoridades de segurança pública, como a Receita Federal”, concluiu Jardel.

Ele ressaltou, ainda, a importância de soluções tecnológicas para aumentar a segurança e a eficiência no controle das operações portuárias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - INSEGURANÇA JURÍDICA NO SETOR PORTUÁRIO PREJUDICA NEGÓCIOS, DIZ MINISTRO DO TST

Guilherme Caputo Bastos defende uma legislação mais robusta para evitar decisões conflitantes e garantir previsibilidade jurídica

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebenews.com.br



Na palestra que proferiu durante o InfraJur, o ministro Guilherme Caputo Bastos ressaltou que a falta de clareza nas decisões judiciais impede transações e aumenta a litigiosidade no setor.
Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O tema da insegurança jurídica no setor portuário foi o foco da palestra do ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Guilherme Caputo Bastos, durante o InfraJur – Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes. O evento foi realizado dentro da programação do fórum Brasil Export, na quarta-feira (9), em Brasília (DF).

Caputo Bastos enfatizou que o grande número de decisões judiciais no setor compromete a “moral do Direito”. A ausência de previsibilidade e cognoscibilidade acerca do posicionamento dos tribunais retarda ou até mesmo inviabiliza a celebração de negócios jurídicos, já que não há clareza sobre os riscos à que os possíveis contratantes cidadão submetidos”, afirmou.

Ele defendeu que a legislação precisa ser mais robusta para abarcar os diversos casos que chegam à justiça, citando exemplos de decisões que já haviam sido analisadas por outros tribunais e que foram submetidas ao Supremo Tribunal Federal (STF).

“Os males da incerteza das regras jurídicas são muitos e na sua maioria razoavelmente óbvios. Podem ser enumerados [...] frequentemente não são concluídos até que as partes possam ter certeza sobre os riscos jurídicos envolvidos e em medida podem ser evitados. Essa desvantagem se manifesta principalmente na forma de perda econômica. Contra os pesos judiciais, a litigiosidade é

estimulada em casos duvidosos, e transações podem ser inteiramente impedidas por causa da incerteza jurídica”, apontou o ministro.

Além disso, foi mencionado que o marco legal dos portos está sendo revisto pelo Congresso Nacional, com a Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Cepertos) prevendo a apresentação de um relatório preliminar no próximo dia 23. O desembargador Celso Peel destacou que a insegurança jurídica será um dos principais pontos a serem abordados e modificados no texto atual, com a expectativa de que o documento seja enviado aos parlamentares ainda este ano para análise legislativa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

NACIONAL - JURISTAS DEFENDEM MODERNIZAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO PORTUÁRIO PARA IMPULSIONAR ECONOMIA

Especialistas discutem no InfraJur a proposta de revisão da legislação, ressaltando os desafios e a importância para o crescimento do setor

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redeneews.com.br



Durante o painel do InfraJur, dentro do Brasil Export, juristas enfatizaram a importância da modernização regulatória para fortalecer a economia e a competitividade internacional

Membros da Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Cepertos) esclareceram como foi construída a proposta do novo marco regulatório do setor durante o Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes (InfraJur), na quarta-feira (9), dentro da programação do fórum Brasil Export, em

Brasília (DF). O texto não entrou em análise no Congresso devido à pausa nas atividades parlamentares para as campanhas eleitorais.

James Winter, da Subcomissão I, responsável por discutir desburocratização e simplificação nos procedimentos de concessão e arrendamento, afirmou que a comissão “abriu espaço para a participação de diversos setores” em audiências realizadas em várias regiões do país. Ele destacou o desafio de alinhar as contribuições de operadores, representantes de terminais privados, empresas estatais e autoridades ao texto final, visando segurança jurídica e modernização.

Marcelo Sammarco, também da Subcomissão I, lembrou que, no início da Cepertos, havia questionamentos sobre a necessidade de uma revisão legal, considerando os 11 anos de vigência da atual lei. Ele enfatizou que a desburocratização dos procedimentos portuários é essencial para atrair investimentos e fortalecer a economia. “A atividade portuária é de interesse público e fundamental para a competitividade internacional do Brasil”, destacou.

Juliana Oliveira Domingues, da Subcomissão II, mencionou a diversidade de perspectivas na comissão, ressaltando a importância de um modelo regulatório focado na segurança jurídica. Ela alertou que o Brasil corre o risco de ficar para trás no desenvolvimento do setor portuário se não houver avanços significativos.

Também participaram do painel “Perspectivas do novo marco legal dos portos brasileiros” Benjamin Gallo, sócio da Gallo Advogados, e Pedro Neiva, sócio do Salomão Advogados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024

BRASIL EXPORT - MINISTRO DO TST APONTA MELHORIAS NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

Alexandre Ramos ressalta a importância de um novo marco regulatório e o uso de inovações tecnológicas para superar gargalos no setor

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Em sua palestra, o ministro Alexandre Ramos apontou a burocracia, a falta de investimentos e a necessidade de planejamento estratégico como principais desafios do setor. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Alexandre Ramos, destacou que a situação atual da infraestrutura no Brasil é crítica e demanda ações imediatas. “A burocracia excessiva e a falta de investimentos adequados têm comprometido o desenvolvimento do setor, afetando diretamente a competitividade do país”, afirmou na quarta-feira (09), durante o Encontro Nacional de Direito da Logística,

Infraestrutura e Transportes (InfraJur), parte da programação do Fórum Brasil Export.

“Nós temos ainda muito o que fazer na integração rodoviária, ferroviária e portuária, em todos os setores, para aprimorar os sistemas de logística destinados à movimentação de mercadorias”, completou.

O ministro enfatizou a importância de um planejamento estratégico que abranja as funções de planejamento, execução e controle de qualidade, refletindo a atuação dos três poderes da República. “o Legislativo, que traça o planejamento; o Executivo, que o implementa; e o Judiciário, que assegura a conformidade legal e constitucional”.

Ramos alertou sobre a hipertrofia do Poder Judiciário, destacando que as funções de planejamento e execução devem ser revisitadas periodicamente. “Nenhum planejamento dará certo se não estiver adequado à realidade”, ressaltou. Ele observou que o setor portuário enfrenta um ritmo acelerado de transformações, exigindo adaptação contínua.

O representante do poder público apresentou uma análise para abordar o cenário atual do setor de infraestrutura no mercado. Entre as forças do Brasil estão: a localização geográfica e o potencial de crescimento, e enfatizou a importância de aproveitar as oportunidades geopolíticas. Segundo ele, “o país, embora tenha crescido, ainda está abaixo da média internacional”, comparando o desempenho do país com o de outras nações.

Ramos também identificou fraquezas nas operações dos portos brasileiros, como a burocracia e a ineficiência da legislação atual, que dificultam o desenvolvimento das atividades. “A segurança jurídica é um pressuposto fundamental para atrair investimentos”.

No campo das oportunidades a serem exploradas, está a necessidade de um novo marco regulatório e investimentos em inovações tecnológicas. “É crucial integrar os modais de logística para aprimorar os sistemas de movimentação de mercadorias”, enfatizou.

Por fim, Ramos apontou as ameaças que o setor enfrenta, incluindo a competitividade internacional e a dependência de commodities. Ele destacou que mudanças climáticas podem impactar não apenas o desempenho dos produtos nos portos brasileiros, mas também a produção agropecuária interna.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024



NACIONAL - CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO BRASIL EXPORT 2024

Confira a programação do Brasil Export 2024

10 OUTUBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 - 09h00 Credenciamento e início da transmissão pela TV BE News

09h00 - 09h30 Apresentação especial

09h30 - 10h15 Painel do Brasil Export: Panorama das concessões de hidrovias

Moderador: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Jornalista convidado: Dimmi Amora, Sócio-Diretor da Agência INFRA

Participantes: Dino Batista - Secretário Nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; Eduardo Nery - Diretor-Geral da ANTAQ; Fernando Correa - Diretor-Geral da Andreani Logística; Mariana Yoshioka - Diretora-Executiva de Engenharia e Inovação da Hidrovias do Brasil

10h15 - 10h45 Palestra ApexBrasil

10h45 - 11h15 Coffee break

11h15 - 12h45 Painel do Brasil Export: Futuro das operações portuárias

e as ações dos terminais de contêineres para atendimento às crescentes demandas do comércio internacional

12h45 - 14h00 Intervalo para almoço

14h00 - 15h00 Painel do Brasil Export: Logística, mudanças climáticas e resiliência nas operações logísticas e na infraestrutura do Brasil

Moderação: Núria Bianco, Jornalista e Apresentadora da Rede BE News

Jornalistas convidados: Alice Queiroz, do Programa Lixo Zero, e Renan Truffi, do Valor

Participantes: Mariana Pescatori - Secretária-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos; Rebeca Oliveira - Vice-Presidente do Complexo do Pecém; Natália Marcassa - CEO da MoveInfra; Marcelo Di Gregório - Diretor da Super Terminais; Sávila Gavazza dos Santos - Gerente de Projeto da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda

15h00 - 16h00 Painel: Transporte ferroviário e novas regras de exploração de ferrovias

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Jornalistas convidados: Eric Napoli, do Poder360, e Marília Sena, da Rede BE News

Participantes: Davi Barreto - Diretor-Presidente da ANTF; Fábio Marchiori - CEO da VLI; Guilherme Penin - Vice-Presidente de Regulação e Sustentabilidade da Rumo; Leonardo Ribeiro - Secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes; Rafael Vitale - Diretor-Geral da ANTT

16h00 - 16h30 Coffee break

16h30 - 17h30 Painel: Modelagens, financiamentos e concessões de ativos de infraestrutura

Foram convidados para este painel a Infra S.A., o PPI, agências reguladoras, bancos de fomento e lideranças de institutos do setor de infraestrutura.

17h30 - 18h00 Palestra especial

18h00 - 18h30 Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/10/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

“BAHIA SERÁ O PRÉ-SAL DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS”, DIZ DEYVID BACELAR, COORDENADOR DA FUP

Por João Paulo - 10/10/2024 12:59

Mais de R\$270 bilhões serão investidos em transição energética no Brasil nos próximos anos e a Bahia será contemplada com os principais projetos. A informação foi dada nesta quinta-feira (10/10) pelo coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, que participou no início da semana, em Brasília, da cerimônia de sanção do projeto de Lei 528/2020. “Esse projeto trata das políticas públicas para a descarbonização das atividades industriais e consequente utilização do biodiesel, do querosene de aviação verde, do diesel verde, entre outros produtos”, explica Bacelar. Ele destacou também que a Petrobras investirá mais US\$11 bilhões na transição energética. “Ficamos muito felizes porque alguns projetos interessantíssimos nessa área estão sendo deslocados para o nosso estado. A Bahia tem expertise na produção de energia eólica e solar, sendo uma referência para muitos países do nosso planeta. A Bahia será o novo pré-sal das energias renováveis e do combustível do futuro”, prevê o sindicalista.



Para Bacelar, será preciso nos próximos anos que a União recupere o capital que detinha junto à Eletrobras, para que a energia venha a ser barateada. “Uma das grandes dificuldades para o barateamento da tarifa de energia é o fato de a Eletrobras ter sido privatizada. Como o controle não é mais da União, as tarifas acabam não sendo reduzidas”, destacou, lembrando que a Bahia já detém produção de uma das energias limpas e renováveis mais baratas do Brasil. “Porém, quando entra no sistema nacional de energia, sob o controle da Eletrobras, infelizmente as tarifas não caem. É preciso que a União recompre as ações da Eletrobras a ponto de ter mais de 50% do controle acionário para deter o poder de reduzir as tarifas. Quando a Eletrobras pertencia à União, foi possível até criar o programa Luz para Todos, que ajudou a tirar da escuridão milhões de brasileiros nos locais mais longínquos do país. Esse programa seria impossível de ser realizado hoje, com a Eletrobras privatizada”, afirmou Bacelar.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 10/10/2024



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

NO ANO EM QUE COMEMORA 65 ANOS DE HISTÓRIA, A COPERSUCAR LANÇA NOVA EXPRESSÃO DE MARCA E REFORÇA SUA POSIÇÃO DE MULTINACIONAL BRASILEIRA DEDICADA À BIOENERGIA

Informações: Copersucar (10 de outubro de 2024)

Com o propósito de “Nutrir e mover o mundo com a força do vínculo”, a companhia destaca sua contribuição para a transição energética e para a segurança alimentar global.

São Paulo, 9 de outubro de 2024 – Para comemorar seus 65 anos e fortalecer seu posicionamento como multinacional brasileira global dedicada à bioenergia, a Copersucar apresenta uma nova expressão de marca e um propósito inspirador que traduz a sua essência e reforça o seu papel de contribuição para a transição energética e a segurança alimentar: “Nutrir e mover o mundo com a força do vínculo”.

“Como legítimos representantes do produtor brasileiro, nossa história começou há 65 anos com a criação da cooperativa de produtores de açúcar e álcool do estado de São Paulo que, com visão estratégica, espírito empreendedor e grande capacidade de realização, se tornou um amplo ecossistema de realização negócios especializados com atuação global. Podemos dizer que a Copersucar foi pioneira no desenvolvimento de soluções de bioenergia e alimentos naturais na escala do Brasil para o mundo”, explica Tomás Manzano, presidente da companhia.

A Copersucar se transformou em um ecossistema que conecta 38 usinas associadas no Brasil – a maior base de produção de cana-de-açúcar do mundo, 17 destilarias de etanol de milho nos Estados Unidos, além de um eficiente sistema logístico multimodal nos dois países, e um conjunto de empresas investidas especializadas, líderes em seus mercados de atuação, fornecem energia renovável e alimentos naturais para mais de 70 países.

Líder mundial na comercialização de etanol, com mais de 15 bilhões de litros por ano, a Copersucar possui presença relevante no Brasil e nos Estados Unidos, como duas maiores regiões produtoras de etanol do planeta. O volume de etanol comercializado na safra 23/24 evitou a emissão de 36,7 milhões de toneladas de CO2 equivalente, o equivalente ao consumo anual de aproximadamente 18 milhões de veículos movidos a gasolina. A Copersucar também é a maior comercializadora de açúcar do mundo, com mais de 12 milhões de toneladas por ano, atendendo clientes em mais de 70 países e contribuindo para a alimentação de 525 milhões de pessoas. Está presente em 337 municípios do Brasil e gera cerca de 200 mil empregos diretos e indiretos.



Com um eficiente sistema logístico multimodal, a companhia opera com um terminal portuário de larga escala em Santos (SP), dois terminais de transporte de açúcar no interior de São Paulo e 12 terminais de distribuição nos EUA, sendo 10 de etanol, um de gás natural e um diesel renovável. Também é acionista da Logum, sistema dutoviário para transporte de etanol, que opera hoje cerca de 1.000 km de dutos.

A nova expressão da marca reforça ainda a atuação da Copersucar como um amplo ecossistema integrado de negócios orientado ao futuro e ao potencial de novos biocombustíveis como o biometano e o SAF (combustível sustentável de aviação).

Podendo ser utilizado para geração de energia elétrica, substituição de gás natural e diesel, e geração de biofertilizantes, além de contribuir para a redução da intensidade de carbono dos produtos produzidos pelas usinas associadas (açúcar e etanol), a companhia acredita que o biometano será a próxima fronteira da bioenergia para descarbonizar a indústria e os transportes. “O Ecossistema Copersucar pretende acelerar o desenvolvimento do mercado de biometano e estimular a sua produção pelas usinas associadas, que até meados de 2032 tem o potencial de produzir cerca de 2 milhões de m³ por dia e se consolidar como uma das maiores bases de produção do Brasil”, explica Manzano.

Com grande escala e baixa intensidade de carbono, o etanol produzido no Brasil deve contribuir de forma relevante para a evolução do mercado de combustível sustentável de aviação, abrindo uma avenida promissora de crescimento dos negócios no futuro. Além disso, a Copersucar anunciou recentemente o plano de tecnologia em desenvolvimento para produção de SAF a partir de biometano em parceria com a Geo, com a intenção de construção de uma planta piloto de demonstração comercial com previsão de início de operação em 2025. “Acreditamos que faz sentido produzir SAF no Brasil e por isso estamos investindo para desenvolver uma nova rota tecnológica de produção deste combustível a partir do biometano”, afirma Manzano.

Neste ano, a Copersucar também ampliou seu portfólio de negócios e passou a atuar na comercialização de energia elétrica com foco no mercado livre brasileiro através da aquisição de 50% da NewCom, comercializadora até então controlada pela Comerc, que dobrará sua oferta ao mercado com o volume de energia renovável produzida pelas usinas associadas da Copersucar.

“Vivemos um momento de muitas oportunidades. Com esta nova expressão da marca também queremos reforçar o nosso compromisso de apoio ao Brasil como polo de atratividade para a expansão da oferta de alimentos naturais e bioenergia”, finaliza Manzano.

Para conhecer a nova expressão da marca Copersucar, acesse www.copersucar.com.br

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/10/2024

SÃO PAULO LIDERA EXPORTAÇÃO AGROPECUÁRIA DO BRASIL EM 2024

Informações: Notícias Agrícolas (10 de outubro de 2024)

Exportação do agro paulista atinge 18% do total nacional nos nove primeiros meses do ano e supera o Mato Grosso

As exportações do agronegócio paulista registraram aumento de 9,2%, atingindo US\$ 22,69 bilhões, no acumulado de janeiro a setembro de 2024, quando comparado ao ano passado. Com esse resultado, São Paulo atingiu 18% do total nacional e assumiu a primeira posição entre os maiores estados exportadores do País, superando Mato Grosso, que tradicionalmente liderou a balança.

São Paulo lidera com 18% de participação, seguido por Mato Grosso 17,3%, Paraná 11,5%, Minas Gerais 10,1%, Rio Grande do Sul 8,7% e Goiás 6,6%. “A cada mês verificamos a potência do agro paulista na balança comercial. Os números demonstram todo o nosso esforço registrado junto com o setor, de uma produção agrícola com alta qualidade e preços competitivos no mercado internacional. Apesar de todos os desafios que enfrentamos, como a forte estimativa no Estado, o agro de São



Paulo mostrou sua força mais uma vez”, ressalta Guilherme Piai, secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Além disso, o saldo da balança comercial do agronegócio paulista alcançou um superávit de US\$ 18,45 bilhões, um crescimento de 8,9% em relação aos nove primeiros meses de 2023. No período comprovado, a balança comercial do agro de São Paulo representou 43,5% do total do estado, enquanto as importações corresponderam a 7,5% do total.

O levantamento foi realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. A pesquisa também analisa o desempenho por produtos e destaca o crescimento expressivo na exportação de café verde (+121,6%), produtos de celulose (+15,0%), carne bovina (+39,0%) e suco de laranja (+27,5%).

Exportações do Agronegócio Paulista por grupos de produtos

Os cinco principais grupos de exportação foram:

- Complexo sucroalcooleiro: com US\$ 9,15 bilhões, com o açúcar representando 93,0% e o etanol 7,0%;
- Carnes: somando US\$ 2,49 bilhões, sendo a carne bovina responsável por 83,9%;
- Produtos florestais: na ordem de US\$ 2,35 bilhões, com 54,3% de participação da celulose e 38,0% do papel;
- Complexo soja: registrando US\$ 2,10 bilhões, com a soja em grão correspondendo a 78,8%;
- Sucos: com US\$2,00 bilhões, dos quais 98,0% foram sucos de laranja.
- Esses cinco grupos representaram 79,7% das exportações do agronegócio paulistas. O grupo café, tradicional no estado de São Paulo, ocupou a sexta posição, com vendas de US\$ 944,21 milhões, sendo 71,4% referentes ao café verde e 24,5% ao café solúvel.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/10/2024

TÚNEL IMERSO DE SANTOS/GUARUJÁ GANHA NOVA PREVISÃO DE INÍCIO DAS OBRAS E INAUGURAÇÃO

Informações: *Diário do Litoral* (10 de outubro de 2024)

Durante a audiência pública para debater os impactos e o projeto do túnel imerso Santos/Guarujá, nesta quarta-feira (9), a diretora da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), Raquel França, alega que após as contribuições feitas pelas duas audiências públicas desta semana serão inseridas no projeto do túnel e passarão por uma análise da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

Em caso de aprovação, ela fornecerá uma licença ambiental prévia. A expectativa é que ela seja concebida já no primeiro trimestre de 2025.

Entre o intervalo de tempo da análise e fornecido da licença prévia, toda a documentação também será necessária para o Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília. O prazo para o parecer é de quatro meses. Com o aval, a expectativa é que a contratação da empreiteira responsável pelas obras seja lançada já no segundo trimestre de 2025.

A partir daí, vem a elaboração do projeto executivo da obra, cuja previsão de início é para outubro de 2026. O prazo de execução é de quatro anos, com uma inauguração lançada em outubro de 2030.

Também foi relatado durante a audiência o possível valor do pedágio no túnel, que será aplicado no valor de R\$ 6,15, em ambos os sentidos.

A audiência foi realizada pelo Governo do Estado de São Paulo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/10/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

HADDAD DIZ QUE REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA, COM ISENÇÃO PARA QUEM RECEBE ATÉ R\$ 5 MIL, SERÁ 'NEUTRA'

Ministro diz que foram apresentados quatro cenários para Lula para compensar medida
Por Bernardo Lima e Thaís Barcellos — Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante cerimônia no Palácio do Planalto — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a reforma do Imposto de Renda será "neutra" do ponto de vista fiscal. Ou seja, não irá gerar nem aumento de arrecadação e nem ampliar o déficit do governo. É nesse projeto que o governo pretende colocar a isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil por mês — que precisará ser compensado.

— Não temo nenhuma pressão sobre esse assunto, só porque há alguns critérios que o presidente (Lula) faz questão que a medida atenda. O primeiro deles é o fato de que ela tem que ser uma reforma neutra, do ponto de vista arrecadatário. Ou seja, não pode ter perda de arrecadação e não pode ter ganho de arrecadação, no sentido de buscar, pela reforma do imposto de renda, resolver um problema que está sendo resolvido de outra forma que a questão do déficit herdado do governo anterior — disse o ministro.

Outro critério a ser seguido, segundo Haddad, é a aderência às práticas internacionais. Assim como a reforma de tributação do consumo, a intenção é aproximar o que é cobrado no Brasil da média da Organização (OCDE).

Haddad disse nesta quinta-feira que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está avaliando os quatro cenários que foram apresentados para ele para compensar o aumento da isenção do IR.

Como mostrou O GLOBO no sábado, o Ministério da Fazenda estuda alternativas para cumprir a promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e garantir a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

Uma possibilidade em análise é limitar o benefício a quem efetivamente ganha até esse valor por mês, mas haveria uma "rampa" para evitar que trabalhadores que recebem um pouco mais não sejam prejudicados.

O desenho que está sendo feito agora teria um impacto de cerca de R\$ 35 bilhões na receita de impostos. A equipe econômica busca saídas para cumprir a promessa sem prejudicar as contas públicas e quer propor formas de compensação dessa isenção. Foi pensando em evitar um impacto ainda maior na arrecadação que se estuda uma forma de limitar a medida.

Haddad ainda disse nesta quinta-feira que a tributação mínima para milionários é um dos cenários apresentados a Lula, como antecipou o jornal Folha de S. Paulo. O ministro também evitou dar um prazo para o envio do projeto sobre o assunto.

O recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) atualmente é feito por faixas. Hoje, até R\$ 2.259,20 do salário de todos não é tributado. Desse valor até R\$ 2.826,65, cobra-se 7,5%.

A escadinha segue até que ganhos acima de R\$ 4.664,68, que recolhem alíquota de 27,5%. Além disso, há deduções que fazem a alíquota efetivamente cobrada variar. Essa fórmula de cobrança de imposto impede que simplesmente se aumente a faixa de isenção, pois seria preciso reajustar todas as faixas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/10/2024

PETROBRAS VAI INVESTIR R\$ 90 MILHÕES PARA CONSTRUIR PRIMEIRA PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE

Unidade ficará no Rio Grande do Norte e deve entrar em operação no início de 2026

Por Bruno Rosa



Petrobras vai investir R\$ 90 milhões para construir sua primeira planta para produzir hidrogênio renovável, no Rio Grande do Norte — Foto: Divulgação

A Petrobras anunciou seu primeiro projeto para voltar ao segmento de energias renováveis. A estatal construir sua primeira planta-piloto para geração de hidrogênio verde na Usina Termelétrica do Vale do Açu, em Alto do Rodrigues, no Rio Grande do Norte.

O projeto está orçado em R\$ 90 milhões. O hidrogênio será produzido a partir da energia solar, que vai gerar energia elétrica para quebrar as moléculas de água, separando, assim, o hidrogênio e o oxigênio.

A previsão é que a planta entre em operação no primeiro trimestre de 2026. Em nota, o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim, disse que o projeto é piloto e fundamental na estratégia da companhia de investir em descarbonização.

"É o primeiro passo para futuras iniciativas comerciais no segmento de hidrogênio sustentável. A produção de hidrogênio renovável a partir da eletrólise da água utilizando energia solar não apenas reduz a emissão de gases de efeito estufa, como também promove o uso de recursos naturais abundantes e sustentáveis no país", destacou ele.

Desde a chegada do PT ao poder, a Petrobras voltou a incluir as fontes renováveis em seu plano estratégico de crescimento, abandonadas nas gestões anteriores. Assim, a estatal pretende investir, entre 2024 e 2028, cerca de US\$ 5,5 bilhões, valor que inclui hidrogênio, captura de carbono, além de fontes solar e eólica.

Recentemente, durante a inauguração do Complexo de Energias Boaventura, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a estatal será a maior produtora de hidrogênio verde do mundo.

Segundo a Petrobras, o projeto no Rio Grande do Norte tem cooperação com o Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (Senai ISI-ER) e será executado pela WEG.

Para produzir o hidrogênio, a usina solar de Alto Rodrigues terá sua capacidade de produção ampliada de 1,1 MW (megawatt) para 2,5 MW.

Segundo a Petrobras, o hidrogênio produzido será usado para geração de energia elétrica e também será destinado a estudos para ser misturado ao gás natural, com o objetivo de gerar eletricidade em equipamentos, como microturbinas.

"Vale ressaltar que a Petrobras é a primeira companhia brasileira a estudar os efeitos da adição de hidrogênio renovável ao gás natural em microturbinas", disse a estatal.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/10/2024

HADDAD DIZ QUE REPASSOU À ANATEL LISTA DE 2 MIL BETS PARA BLOQUEIO A PARTIR DE SEXTA

Agência Nacional de Telecomunicações se prepara para notificar mais de 20 mil provedores para impedir acesso a plataformas ilegais
Por **Bernardo Lima** — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Ministério da Fazenda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que repassou à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) uma lista com 2.040 sites de bets considerados ilegais para que eles sejam bloqueados a partir de amanhã.

— Alguma coisa em torno de 2040 endereços eletrônicos que vão sair do ar a partir de amanhã (...) pouco mais de 2.040 sites — afirmou o ministro à jornalistas na saída do Ministério da

Fazenda.

A partir desta sexta-feira a maioria dos sites serão retirados do ar por determinação da Anatel, segundo Haddad.

— São 20 mil empresas prestadoras de internet no Brasil, as pequenas empresas também vão fazendo esse trabalho, então pode acontecer da pessoa ainda conseguir acessar sites a partir de amanhã. Mas amanhã começa efetivamente a vigorar a lei da maneira como foi aprovada no Congresso Nacional, quem não está regular, nem em processo de regularização sai do ar amanhã — explicou Haddad.

O Ministério da Fazenda considera como bets ilegais todos os endereços eletrônicos de apostas cujas empresas não tenham solicitado, ou conseguido efetuar o processo de regularização junto ao governo.

Cerca de 213 marcas de jogos e apostas, que pertencem a 213 empresas foram autorizadas a continuar operando em território nacional até dezembro. A partir de dezembro o governo vai atualizar esta lista e incluir apenas as bets que obtiveram efetivamente a outorga operarem legalmente.

— Essa lista positiva do período de adequação é válida até 31 de dezembro. A partir de 1º janeiro (de 2025), aí só aquelas que forem autorizadas, daí já tem um título de outorga do estado, de autorização — esclareceu o secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Dudena, em coletiva de imprensa.

Apostadores que ainda têm dinheiro depositado em empresas e jogos on-line irregulares têm até hoje para sacar os recursos. Depois dessa data, ficará mais difícil conseguir os valores, de acordo com o Ministério da Fazenda.

— Estamos pedindo para as pessoas resgatarem, porque fica mais complexo encontrar um caminho de resgate a partir de amanhã. Então o ideal é que as pessoas tomem as providências para restituírem aquilo que é devido — disse Haddad.

Uso do cartão do Bolsa Família para apostas

Questionado se o governo vai proibir o uso do cartão do Bolsa Família para o pagamento de jogos on-line, como apostas, o Haddad disse que a questão está sob avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias.

— O que eu disse para o presidente é que nós temos as condições técnicas, quando provocados, de vedar a utilização de qualquer meio de pagamento, como fizemos por exemplo com cartão de crédito, com dinheiro vivo, essa lista pode ser acrescida de outros meios de pagamento — completou.

Ambiente regulado

Em entrevista coletiva à jornalistas, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que as empresas que começarão a ser retiradas do ar a partir de amanhã correspondem a cerca de 90% de todos os sites de apostas que operam atualmente no país.

Ele ainda ressaltou que os apostadores devem se conscientizar e usar os sites regulares de maneira responsável.

— É preciso que o próprio usuário conscientize, além de tirar o seu dinheiro dos sites que não estão regulares, que olhe, faça suas apostas de maneira responsável para seu lazer nos sites que estão regulares e foram distribuídos de maneira transparente — disse.

O presidente da Anatel, Carlos Manuel Baigorri, destacou que os usuários que driblarem o bloqueio e continuarem a apostar em sites irregulares estarão submetidos a um ambiente sem proteção do estado.

— Então, assim, o cidadão, se for lá baixar uma, falamos muito disso no bloqueio do X, se baixar uma VPN, vai conseguir acessar o site, isso é uma forma de burlar o bloqueio que o próprio cidadão pode burlar. Mas ele está assumindo um risco que não vai ter proteção de ninguém — afirmou

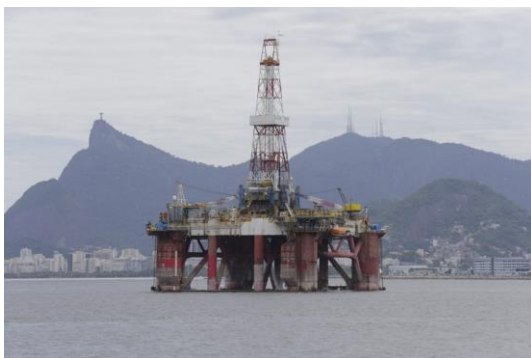
Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/10/2024

FIRJAN REVÊ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PIB DO RIO DE 3,1% PARA 4% PARA ESTE ANO

Elevação da estimativa foi feita após indústria avançar 5% no segundo trimestre comparado ao mesmo período do ano passado

Por Luciana Casemiro



Indústria extrativa, que responde por mais da metade do PIB industrial do estado, cresceu 4,4% no segundo trimestre de 2024, em comparação com o mesmo período de 2023 — Foto: Domingos Peixoto/Agência O Globo/04-10-2023

A indústria fluminense avançou 5% no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. O dado é da Firjan que a partir desse resultado reviu sua estimativa para o PIB do estado do Rio de crescimento de 3,1% para 4% este ano, acima da média nacional, projetada para 3,2% pelo Banco Central.

Quando comparado ao desempenho do primeiro trimestre, a alta é de apenas 0,1%. Na avaliação da Firjan, apesar dessa estabilidade, os dados evidenciam uma continuidade do bom desempenho da economia fluminense.

Houve avanço em todos os segmentos da indústria com destaque para a extrativa, que responde por mais da metade do PIB industrial do estado, cresceu 4,4% no segundo trimestre de 2024, em comparação com o mesmo período de 2023, e a da construção, com alta de 6% e a de transformação, 4,7%, em todos os casos na comparação interanual.

- Mesmo diante das incertezas no cenário nacional e internacional, fatores locais devem continuar impulsionando a economia fluminense em 2024. Setores como óleo e gás e construção civil, que vem desempenhando um papel relevante no crescimento econômico do estado, seguem sendo pilares essenciais para a sustentação do crescimento econômico do Rio de Janeiro neste ano. Nesse contexto, revisamos a expectativa de crescimento do PIB fluminense para 4% - afirma o economista-chefe da Firjan, Jonathas Goulart.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/10/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LEILÕES DE RODOVIAS: DEZ ANOS APÓS A LAVA JATO, 'VÁCUO' DAS CONSTRUTORAS AINDA NÃO FOI PREENCHIDO

Após o escândalo de corrupção, editais foram migrando para uma lógica mais de atestação financeira do que de engenharia; além disso, a melhora no ambiente regulatório atraiu grupos que antes não exploravam o setor

Por Elisa Calmon (Broadcast) e Luiz Araújo (Broadcast)

Os leilões rodoviários realizados pelo governo entre 2007 e 2015 foram protagonizados pelas construtoras, que viviam seu melhor momento. No período, um único certame chegou a contar com 17 participantes, sendo a maioria do setor de construção. Diante de múltiplos desafios, com destaque para os impactos da operação Lava Jato, o interesse privado foi reduzido de forma abrupta. Uma década depois, embora exista expectativa de melhora na competitividade, a menor procura pode ter se tornado característica mais perene em razão de mudanças nos modelos contratuais e no amadurecimento do setor.

Enquanto os 16 leilões realizados entre 2007 e 2014 reuniram uma média de quase oito participantes, as 13 concorrências por outorgas rodoviárias entre 2015 e 2024 atraíram, na média, 2,5 ofertas. Essa média tem aumentado, com percepções de que há apetite crescente pelos ativos. O último leilão, realizado há duas semanas, foi o mais concorrido em seis anos, com quatro propostas.

A retomada gradual não tem sido protagonizada por construtoras. A tendência, vista nos últimos leilões e que tende a se consolidar, é de uma mudança de perfil dos operadores, principalmente com maior atuação de players do setor financeiro. O "vácuo" deixado por grandes nomes do setor de construção abriu espaço para gestoras, como a 4UM, que ganhou recentemente a concessão da BR-381 após uma disputa com o Opportunity.

As obras públicas brasileiras impulsionaram a demanda por empresas de construção, como no período da ditadura militar, por exemplo. Contudo, as companhias tinham a estratégia de diversificação dos negócios, com operações em setores variados, como alimentos, energia e indústria petroquímica. Com o "boom" das concessões nos anos 2000, elas viram espaço para explorar um novo ramo, atuando também como concessionárias.



Gestora 4UM ganhou recentemente a concessão da BR-381, em MG; número de concorrentes em leilões rodoviários caiu depois de 2015 Foto: Divulgação/ANTT

Na avaliação do advogado Luis Felipe Valerim, sócio do Valerim Advogados e Professor da FGV Direito SP, essa transição das grandes construtoras para os projetos de concessões se deu também por um "fator necessidade", o que colabora para explicar a fuga nos anos seguintes.



“Foi o que o poder público passou a ofertar. O dinheiro público disponível para contratar obras foi se tornando escasso”, explica.

Antes mesmo da derrocada relacionada aos escândalos de corrupção revelados pela Lava Jato, havia sinais de que as construtoras enfrentariam problemas para seguir gerindo os ativos. Enquanto num contrato de obra pública essas empresas recebiam o retorno financeiro integral após a conclusão dos trabalhos - em um, dois ou cinco anos -, nas concessões é necessária expertise para receber, em até 30 anos, a partir do pagamento de tarifas de pedágio.

“O negócio foi se mostrando inviável. Passada a etapa de maior investimento, as construtoras perdiam o interesse. Então elas estavam ali como principais players do negócio, mas não tinham interesse em manter a operação como concessionárias. As concessões começaram a ficar ruins”, afirma o advogado Fernando Marcondes, especialista em infraestrutura do MAMG. Esses primeiros sinais, relembra, foram dados a partir de pedidos de revisão de contratos e de saída das concessões.

Escândalos de corrupção

Deflagrada em março de 2014, a Operação Lava Jato tinha como foco propinas relacionadas à Petrobras, em um esquema que ficou conhecido como “Petrolão”. Ao longo de 80 fases da investigação, as maiores construtoras do País entraram na mira. Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa tiveram executivos indiciados e grandes multas a serem pagas, além do desgaste de imagem, o que diminuiu a capacidade de investimentos, inclusive em rodovias.

“Grandes grupos de infraestrutura nacionais competiam entre si. Eles conheciam o Brasil, entendiam nossos riscos e tinham porte financeiro para os projetos. Em um momento crítico, entre 2015 e 2016, as empresas quebraram e ainda não tínhamos atraído estrangeiros. Houve um gap e passamos um bom tempo sem licitantes”, observa Valerim.

A Odebrecht, agora Novonor, foi uma das construtoras a participar do “boom” de concessões na época das “vacas gordas”. Em 2013, arrematou a BR-163, uma das principais rodovias de transporte de soja em Mato Grosso. A operação foi devolvida para o poder público em 2022, com a venda pelo valor simbólico de R\$ 1 para o governo estadual.

A Queiroz Galvão, renomeada de Áya, ganhou a disputa pela BR-153, entre Goiás e Tocantins. Quatro anos depois, em 2017, o governo federal declarou a caducidade do contrato após a companhia não conseguir executar os investimentos previstos. Em 2021, o trecho foi novamente leiloado e arrematado pela EcoRodovias e GLP.

A construtora Triunfo entrou em recuperação judicial em 2019, citando a Operação Lava Jato como um dos motivos. A Concebra, do grupo Triunfo, solicitou, no ano seguinte, a devolução da BR-060/153/262, que vai de Brasília (DF) até Betim (MG). A empresa atribuiu o pedido à frustração de um financiamento esperado e também da receita, que foi derrubada pela recessão de 2014 a 2016, “causada por diversos fatores políticos e econômicos”.

Mudanças nos processos

As mudanças nos processos de concessões, em aperfeiçoamentos já esperados entre os lotes, também influenciam o cenário atual. Especialmente após a Lava Jato, os editais foram migrando para uma lógica mais de atestação financeira do que de engenharia. Paralelo a isso, uma melhora no ambiente regulatório atraiu grupos que antes não exploravam o setor.

A advogada Ana Luísa Diniz Silva, especialista em infraestrutura do Rolim Goulart Cardoso, observa que, embora as construtoras não estejam figuradas como protagonistas, seguem participando dos certames. Ela cita a presença de construtoras em consórcios como os que disputaram, neste ano, o trecho da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, em Minas Gerais.

“O afastamento das construtoras pode estar mais relacionado à entrada de novos players e ao aumento no número de projetos. Antes, concessões rodoviárias não eram tão frequentes, então as

construtoras viam essas oportunidades como algo a não ser perdido. Com mais leilões, as oportunidades são mais distribuídas”, considera a especialista.

Para Luis Felipe Valerim, ainda que as mudanças no perfil dos concorrentes se consolide - com o protagonismo de gestoras de investimentos -, há uma sobrevida para as construtoras. “No fim do dia, uma construtora vai ser contratada para executar a obra. Não precisa ser ela a concessionária”, considera.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/10/2024

LIRA NÃO TEM PLANO DE ACELERAR PACOTE QUE ATINGE STF E ALIADOS QUEREM ADIAR PARA DEPOIS DAS ELEIÇÕES

Uma das propostas aprovadas pela CCJ da Câmara ficou parada por quase 8 meses com presidente da Casa legislativa

Por Levy Teles

BRASÍLIA – O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) não pretende, por enquanto, acelerar a tramitação dos projetos que limitam a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ainda está em Alagoas, Estado onde está sua base eleitoral e onde se dedicou a apoiar candidatura de aliados. Na última quarta-feira, 9, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou duas propostas de emenda constitucional e dois projetos que atingem o STF.

Segundo pessoas próximas, Lira só retorna à capital federal na próxima semana e, até o momento, não deu qualquer indicação de que vai incentivar a votação célere das pautas aprovadas por larga maioria na CCJ com apoio de integrantes do Centrão. O presidente da Câmara, relata um auxiliar, já teria manifestado preocupação com uma das PECs aprovadas, a que dá ao Congresso poder de anular julgamentos do Supremo. Mas segue sem se posicionar sobre as demais propostas.



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP- AL) , não pretende acelerar tramitação de pacote que atinge o STF Foto: Wilton Júnior/Estadao

A segunda PEC votada na CCJ impõe restrições às decisões monocráticas de ministros do STF, medida que é defendida por boa parte dos congressistas, incluindo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Essa PEC já foi aprovada na Casa legislativa presidida pelo senador mineiro e ficou travada por quase nove meses até ser remetida para apreciação da CCJ.

Até o momento, Lira retardou ao máximo a apreciação das propostas. A PEC aprovada pelo Senado chegou na Câmara em 6 de dezembro de 2023. Ficou parada na direção da Mesa até o dia 19 de agosto deste ano. Ou seja, ficou travada por quase 8 meses. Já a segunda PEC, que autoriza o Congresso a derrubar decisões do STF, foi apresentada originalmente na Câmara pelo deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR) em julho deste ano. Seguiu para a CCJ no mesmo dia da outra PEC.

Os dois projetos foram entregues à comissão que é presidida pela deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC) momento em que o ministro Flávio Dino, do Supremo, emitiu decisões travando emendas aos Orçamento. O gesto de tirar as propostas da gaveta foi interpretado como uma retaliação.

Entre aliados de Lira a explicação sobre como o tema vem sendo tratado na Câmara dá conta de que o timing de tramitação das propostas segue uma “velocidade política”. Ou seja, os projetos são vistos como trunfo do Congresso no embate com o Judiciário sobre o direito dos parlamentares de continuarem dando as cartas no repasse de recursos da União por meio de emendas ao Orçamento.



A tramitação das propostas também está comprometida pelo calendário eleitoral. O segundo turno das eleições municipais está marcado para o dia 27 de outubro. Até lá, não haveria quórum seguro para garantir aprovação de medidas polêmicas. Há ainda na mesa a disputa pelo cargo de Lira, que deixará a presidência da Câmara no início do próximo ano.

“É tudo um jogo político para se tentar definir a presidência da Câmara”, diz Fausto Pinato (PP-SP). Ele foi um dos membros trocados na CCJ pelo PP, de Lira, para garantir a aprovação de projetos ligados à pauta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O PL é o partido com o maior número de deputados na Câmara — são 92. O número de apoiadores de pautas bolsonaristas na Câmara é estimado entre 140 e 150 dos 513 parlamentares. “Se o governo não entrar na parada, o que os deputados irão fazer? Fica mais fácil seguir a onda da internet para não perder voto”, conclui Pinato.

Governistas se dizem otimistas que podem impedir a tramitação das proposições. Na leitura desses deputados, derrubar os textos ainda na CCJ seria mais custoso do que nas comissões especiais e no plenário.

De acordo com Hélder Salomão (PT-ES), que participou das negociações na CCJ, a agenda está intensa até fevereiro do próximo ano, quando haverá a sucessão de Lira na presidência da Câmara. “A gente tem dúvida se isso vai prosperar e chegar a ser apreciado no plenário. Estamos num momento delicado, com segundo turno, sucessão do Lira. Tudo isso dificulta as articulações para que essas matérias prosperem”, afirma.

Caso as iniciativas, prosperem, ele avalia que é possível que o próprio STF derrube as propostas. “Se em último caso isso acontecer, nós já denunciemos a inconstitucionalidade dessas matérias”, diz.

A negociação se dará no colégio de líderes. Petistas querem intensificar os diálogos para derrubar as propostas na próxima semana, mas isso depende se o próprio Lira convocará sessões ou não.

Deputados do governo desejam que haja discussão já nos próximos dias, enquanto parlamentares do Centrão afirmam que a Câmara só deverá retomar as atividades no final de outubro, após o segundo turno. Ainda não há definição sobre quando haverá nova agenda na Casa.

Desse modo, cresce a pressão sobre o governo. No Congresso, ainda falta votar neste ano a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que aguarda a definição sobre o acordo das emendas, e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Ainda há a possibilidade de a Câmara ainda votar projetos complementares da reforma tributária se as matérias voltarem do Senado.

O líder do União na Câmara, Elmar Nascimento (União-BA), já fez acenos para o governo. No dia anterior à votação do pacote que atinge o STF, o partido dele orientou pela obstrução ao projeto de lei que trata da anistia aos presos do 8 de janeiro.

Elmar é um dos postulantes à presidência da Câmara. Há alguns meses, ele era o favorito e contava com o apoio de Lira, a quem chama de amigo, mas acabou vendo o presidente da Casa o preterir para apoiar Hugo Motta (Republicanos-PB), nome tido como mais consensual, com poucos desafetos.

O pacote que atinge o Supremo envolve duas propostas de emenda à Constituição (PEC) e dois projetos de lei. Uma PEC quer limitar as decisões monocráticas (tomadas por um só ministro) e a outra daria o poder ao Congresso de sustar uma decisão do Supremo. As duas outras proposições aumentam as possibilidades para se admitir um processo de impeachment contra um magistrado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/10/2024

PROJETO BILIONÁRIO DE MINÉRIO DE FERRO NA BAHIA GANHA IMPULSO COM FUNDO PÚBLICO, PAC E VALE NO RADAR

Bamin precisa de R\$ 30 bilhões para viabilizar complexo no Estado; saída que vem sendo conversada envolve financiamento público e venda da empresa para um consórcio entre Vale, Cedro e BNDESPar

Por Bianca Lima e Ivo Ribeiro

BRASÍLIA e SÃO PAULO - Um projeto multibilionário para produção de minério de ferro na Bahia, lançado há mais de uma década pelo governo Lula 2 e de grande interesse da gestão petista estadual, começa a ganhar tração com um impulso do governo federal. Trata-se do complexo industrial da Bahia Mineração (Bamin), formado pela mina Pedra de Ferro, em Caetité (BA), por um trecho da ferrovia Oeste-Leste (Fiol) e por um terminal portuário em Ilhéus (BA).

O negócio, segundo apurou o Estadão, conta com duas “alavancas” para finalmente sair do papel. A primeira é a liberação de financiamentos por parte de instituições financeiras públicas ou de verbas do próprio Orçamento. Já a segunda envolve um plano de aquisição da empresa, que desde 2010 é controlada pela Eurasian Resources Group (ERG), com origem no Cazaquistão e sede em Luxemburgo. A compra da empresa está sendo estudada pela Vale.

Nos últimos cinco anos, o grupo cazaque tentou atrair sócios estratégicos para viabilizar investimentos da ordem de R\$ 30 bilhões no complexo da Bamin, mas não obteve sucesso. Agora, para sair do negócio, está pedindo no mínimo o valor que aportou até hoje na companhia: US\$ 1,2 bilhão, o equivalente a R\$ 6,5 bilhões, segundo pessoas que acompanham as conversas. Esse valor não considera o que pagou na compra da empresa, em 2008 e 2010, um total de US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 1,7 bilhão, com base na cotação do dólar à época).

A compra do complexo industrial, por valores ainda não definidos, está sendo analisada dentro da Vale pela diretoria de fusões e aquisições, segundo pessoas ouvidas pela reportagem, que falaram na condição de anonimato. A aquisição se daria por meio de um consórcio, que envolveria também a Cedro, uma mineradora de médio porte de Minas Gerais, e o BNDESPar, o braço de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O negócio ainda depende de uma série de tratativas internas no âmbito do banco de fomento e das empresas envolvidas nas conversas. Mas, nesse meio tempo, a Bamin já vem recebendo um “impulso” federal.



No fim de setembro, a mineradora baiana ganhou prioridade para um empréstimo de R\$ 4,6 bilhões do Fundo da Marinha Mercante (FMM). O objetivo é ajudar a viabilizar a construção do terminal portuário em Ilhéus, cujo investimento é orçado em US\$ 1,3 bilhão (R\$ 7,1 bilhões). O FMM é um fundo público vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos e é abastecido pela arrecadação advinda de uma taxa que incide sobre o transporte de cargas.

Mina Pedra de Ferro, em Caetité (BA), dedicada à produção de minério de ferro Foto: Bamin/Divulgação

Para obras de infraestrutura portuária, o FMM oferece carência de até quatro anos e prazo de amortização que pode se estender por 20 anos. Os juros anuais variam de 2% a 7%, a depender do percentual de conteúdo nacional e de itens importados. Para efeito de comparação, a taxa básica de juros da economia (Selic) está em 10,75%.



O BNDES será o agente financeiro que viabilizará o crédito, segundo apurou o Estadão. Procurado pela reportagem, o banco afirmou que “está à disposição, caso a empresa opte pelo BNDES para o financiamento”, mas ponderou que “não há aprovação para o projeto até o momento”. Em 120 dias, a Bamin terá de apresentar o plano e o cronograma de desembolsos.

Mesmo com o aval do banco ainda pendente, o empréstimo foi anunciado pelo governo no último dia 23, em Salvador. A cerimônia contou com a presença do ministro da Casa Civil e ex-governador da Bahia, Rui Costa, e do atual governador do Estado, Jerônimo Rodrigues, também do PT. O ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, também participou.

Em nota, o Ministério de Portos e Aeroportos disse que a

priorização do projeto é uma das primeiras etapas para acesso aos recursos do FMM, que antecede a formalização do financiamento. A pasta afirmou, ainda, que “não se envolve nas negociações entre o setor privado e os agentes financeiros para a formalização do contrato”.

Segundo pessoas próximas às negociações, a liberação desse empréstimo à Bamin, além de outros futuros, está atrelada à mudança na composição acionária da empresa, para garantir que haverá capacidade de investimento e, consequentemente, de conclusão do projeto — visto como prioritário pelo governo Lula.

Não à toa, o investimento de R\$ 1,5 bilhão no primeiro trecho da Fiol foi escolhido para selar o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (novo PAC), uma marca das gestões petistas. A cerimônia foi realizada em Ilhéus e teve a presença de seis ministros de Estado, incluindo Rui Costa, além do líder do governo no Senado e ex-governador da Bahia, Jaques Wagner, e de deputados da bancada baiana.

Na ocasião, Lula pediu aos empresários que fizessem “hora extra”, para garantir a inauguração da obra até 2026. “Querida pedir aos companheiros empresários que estão nessa empreitada: parem de dizer que vão entregar (a ferrovia) em 2027. Vocês têm de entregá-la antes de 31 de dezembro de 2026. Façam um pouco de hora extra, trabalhem no final de semana, se for necessário, para que a gente possa inaugurar logo”, disse o presidente, durante o discurso.

Segundo informações da Casa Civil, o investimento total do PAC para a concessão da Fiol 1 — que vai de Caetité ao porto em Ilhéus, com extensão de 537 km — será de R\$ 6,9 bilhões, a ser realizado até 2030.

Consórcio entre Vale, Cedro e BNDESPar pode assumir controle da Bamin

A venda do controle da Bamin ainda é um negócio que está nas fases iniciais. No âmbito da Vale, a proposta encontra-se na área de fusões e aquisições e terá de passar pelo Comitê de Investimento,

composto por alguns conselheiros e o CEO, Gustavo Pimenta, que assumiu o cargo há uma semana. Passada essa etapa, ainda será necessário o aval do conselho de administração da empresa, que reúne 13 membros.

Já no BNDES, o projeto está em avaliação na área técnica de três diretorias: Mercado de Capitais, Infraestrutura e Indústria. Se houver anuência dos técnicos, o negócio será analisado pelo comitê de Mercado de Capitais e só então seguirá para a diretoria geral do banco. A depender do valor, a transação também precisará da autorização do conselho.

Perfil do ERG

Grupo do Cazaquistão chegou ao Brasil em 2008, quando adquiriu metade da Bamin do grupo indiano Zamin Ferrous



ACIONISTAS: ALEXANDER MACHKEVITCH, PATAKH CHODIEV E OS HERDEIROS DO TERCEIRO FUNDADOR, ALLUAN IBRAGIMOV, DETÊM CADA UM, APROXIMADAMENTE 20% DAS AÇÕES; REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO (COMITÊ ESTATAL DE PROPRIEDADE E PRIVATIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS): 40%

FUNDAÇÃO: 1994, COMO EURASIAN NATURAL RESOURCES GROUP (ENRG), REBATIZADO EM 2013 COMO EURASIAN RESOURCES GROUP (ERG), ANO EM QUE A EMPRESA É DESLISTADA NA BOLSA DE LONDRES

ATUAÇÃO: CAZAQUISTÃO - PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E PELOTAS, LIGAS DE FERRO-CROMO, LIGAS DE SILÍCIO E MANGANÊS; ALLUMINA E ALUMÍNIO, CARVÃO TÉRMICO, GERAÇÃO DE ENERGIA E UMA FERROVIA; REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - COBRE E COBALTO; BRASIL - MINÉRIO DE FERRO.

PRESEÇA GEGRÁFICA: 15 PAÍSES NA EUROPA, ÁFRICA, ÁSIA E AMÉRICAS - EMPRESAS OPERACIONAIS, PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO (ÁFRICA DO SUL, ZÂMBIA E ZIMBÁBUE) E FILIAIS COMERCIAIS

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS: 68 MIL

AQUISIÇÃO DA BAMIN: INVESTIMENTO DE US\$ 1 BILHÃO, EM DUAS ETAPAS: 50%, EM 2008, E 50% (CONTROLE), OUTUBRO DE 2010

DISPUTA JUDICIAL: GRUPO E EX-DONA DA BAMIN, A INDIANA ZAMIN, TRAVARAM, POR QUASE QUATRO ANOS, DESDE 2013, UM LITÍGIO NA JUSTIÇA DE LONDRES POR DIVERGÊNCIAS SOBRE PROCESSO DE COMPRA DA MINERADORA

Fonte: BAMIN, ERG, GOVERNO FEDERAL E PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

ESTADÃO #

O desenho preliminar do negócio prevê que a Vale ficaria com 50% a 60% do capital, a Cedro com algo entre 20% e 30% e o BNDESPar, até 20%, segundo pessoas conhecedoras das negociações. O controle da sociedade seria compartilhado, por se tratar de uma joint venture. Nesse desenho, a mineradora baiana teria uma gestão operacional independente.

As conversas também estão em curso dentro da Cedro, mineradora de ferro de Minas Gerais comandada pelo empresário mineiro Lucas Kallas. Ele já integrou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), o chamado “Conselhão”, que se reúne periodicamente com o presidente Lula.

Antes da Cedro, afirmam pessoas a par da transação, a Vale chegou a convidar um grande grupo

siderúrgico da China e a sua sócia na Vale Base Metals (VBM), a mineradora Manara Minerals, da Arábia Saudita, para participar da joint venture. Ambos, no entanto, teriam alegado compromissos com outros investimentos. Nesse meio tempo, a J&F, holding dos irmãos Batista, e a CSN, de Benjamin Steinbruch, teriam também mostrado interesse pela Bamin, mas as conversas acabaram não indo à frente.

O projeto na Bahia voltou ao radar da Vale em 2022, quando o tema da descarbonização (redução das emissões de dióxido de carbono) ganhou prioridade nas siderúrgicas. Neste ano, o interesse ganhou impulso após estudos de uma equação financeira e societária para assumir a companhia baiana. A Bamin é focada na produção — mais de 60% — de minério de alto teor de ferro, que se encaixa na classificação “minério verde”, de interesse da Vale e também da Cedro.

Projeto ‘menina dos olhos’ de Lula é chave para atrair financiamento público

O principal entrave para o avanço do complexo industrial na Bahia é a necessidade de alto investimento — de US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões, o equivalente a algo na faixa de R\$ 27 bilhões a R\$ 32 bilhões no câmbio atual —, o que afugenta potenciais interessados.

Nesse cenário, a Bamin vem tentando viabilizar uma estrutura de financiamento que arque com 70% desse montante, com prazos alongados e taxas abaixo de mercado. Atualmente, o projeto já conta com verbas do novo PAC e do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Ainda assim, para ser viável, diz um interlocutor, o volume de produção da mineradora baiana teria de ser na faixa de 40 milhões de toneladas por ano, por conta dos investimentos muito elevados. O projeto atual, porém, prevê produção de 26 milhões de toneladas anuais, o que garante uma vida útil à mina de 25 anos.

Um fator, no entanto, que ajuda a dar fôlego ao empreendimento é o interesse dos governos da Bahia e federal de viabilizar um corredor logístico cortando o Estado de leste a oeste. Com isso, o complexo industrial se enquadraria como um projeto estruturante e entraria na carteira do BNDES.

Esse corredor, unindo o porto (em Ilhéus) às regiões de produção de soja e milho, como Barreiras, é a menina dos olhos de Lula para 2026 e também do ministro Rui Costa.



Trecho da Fiol: ferrovia poderá ser usada também para transporte de grãos Foto: Ministério da Infraestrutura/ Divulgação

Nesse formato, cerca de 20 milhões de toneladas de grãos passariam a ser embarcadas no novo porto, deixando de usar caminhões. E, no retorno dos trens, seriam levados fertilizantes para as lavouras de soja e milho da região.

A expectativa é de que, nos próximos meses, estejam equacionadas tanto a estrutura de suporte financeiro aos três eixos do projeto - porto, ferrovia e mina - como a nova composição acionária da Bamin, com a saída do ERG.

Para isso, três etapas ainda são necessárias: finalização do acordo com o grupo do Cazaquistão, com negociações conduzidas pela Vale; definição do pacote de financiamento mais participação da BNDESPar; e, por último, a aprovação do negócio pelo conselho de administração da Vale.

Vale: potencial operação é avaliada 'à luz de prioridades estratégicas'

Procurada, a Vale reiterou comunicado de 8 de julho, em que afirma que “potencial participação da companhia em operações de aquisição, desinvestimento ou joint venture, ou outras oportunidades de negócios, é avaliada à luz de suas prioridades estratégicas” e que não havia qualquer informação relevante a divulgar sobre as negociações envolvendo a Bamin.

O grupo ERG, controlador da Bamin, informou que “não comenta especulações relacionadas aos seus ativos”. A Cedro Participações declarou que não se manifestaria sobre a transação. Já o BNDES disse que “não comenta assunto que envolva empresa de capital aberto”.

O Ministério dos Transportes, por sua vez, afirmou “que qualquer negociação entre entes privados somente é acompanhada após a apresentação formal da proposta” e que a pasta “segue aberta, como sempre, ao diálogo com quaisquer investidores”.

A Casa Civil e o ministério de Portos e Aeroportos não comentaram a possível venda da Bamin. A pasta de Minas e Energia não respondeu ao contato da reportagem.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/10/2024

HIDROGÊNIO VERDE: PETROBRAS INVESTIRÁ R\$ 90 MILHÕES EM PLANTA-PILOTO NO RN

As obras, em cooperação com o Senai, serão executadas pela Weg, e a previsão é de que a planta para teste entre em operação no primeiro trimestre de 2026

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - A Petrobras anunciou nesta quinta-feira, 10, que vai investir R\$ 90 milhões na construção da sua primeira planta-piloto de hidrogênio renovável, em cooperação com o Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (Senai ISI-ER).

As obras serão executadas pela Weg, e a previsão é de que a planta para teste entre em operação no primeiro trimestre de 2026.

O diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim, destaca que a produção de hidrogênio renovável a partir da eletrólise da água utilizando energia solar reduz a emissão de gases de efeito estufa e promove o uso de recursos naturais abundantes e sustentáveis no País.

“É o primeiro passo para futuras iniciativas comerciais no segmento de hidrogênio sustentável”, disse Tolmasquim, em nota.



'É o primeiro passo para futuras iniciativas comerciais no segmento de hidrogênio sustentável', diz Tolmasquim, em nota
Foto: André Luiz Mello/Agência Estado

O hidrogênio renovável será gerado pelo processo de eletrólise da água com uso de energia solar, que consiste na quebra das moléculas de água por meio de uma corrente elétrica, separando o hidrogênio e o oxigênio.

A Usina Fotovoltaica de Alto Rodrigues, que foi construída originalmente para fins de pesquisa e desenvolvimento, terá capacidade de produção ampliada de 1,1 MWp (megawatt pico) para 2,5 MWp, suprimindo a

demanda elétrica da unidade-piloto de eletrólise de 2 MW a ser instalada.

Ao se cadastrar nos newsletters, você concorda com os Termos de Uso e Política de Privacidade. A usina de eletrólise será testada em diferentes modos de operação, aproveitando a conexão com a malha de distribuição de energia elétrica e o sistema de armazenamento de energia já instalado na unidade.

Segundo a Petrobras, o hidrogênio produzido será usado para geração de energia e em estudos sobre a adição em gás natural, alimentando microturbinas cujo desempenho e integridade estrutural serão testados com a mistura desses dois componentes.

“Vale ressaltar que a Petrobras é a primeira companhia brasileira a estudar os efeitos da adição de hidrogênio renovável ao gás natural em microturbinas”, destacou a estatal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/10/2024

CANDIDATA A SÓCIA DA VALE EM MEGAPROJETO NA BAHIA TEM MENOS DE DEZ ANOS NO RAMO DA MINERAÇÃO

Fundado em 2017 pelo empresário mineiro Lucas Kallas, o grupo Cedro Participações, que informa produzir 7 milhões de toneladas de minério de ferro, vê na Bamin uma porta para se internacionalizar
Por Ivo Ribeiro e Bianca Lima

SÃO PAULO e BRASÍLIA - O candidato a se tornar sócio da Vale em um negócio multibilionário — a possível compra da Bahia Mineração (Bamin) — é um empresário com uma trajetória relativamente curta no setor. Até pouco tempo atrás — menos de uma década —, o grupo empresarial Cedro Participações e seu controlador, Lucas Kallas, eram praticamente desconhecidos. Na mineração de ferro, era um novato buscando lugar ao sol entre gigantes como Vale, CSN, Anglo American, Usiminas, Gerdau e ArcelorMittal.

Esse lugar ao sol pode, agora, ter maior dimensão. A Cedro faz parte do consórcio capitaneado pela Vale — que inclui também o BNDESPar (braço de participações do BNDES) para aquisição da Bamin. É um negócio ainda incipiente, que envolve a saída do atual controlador, o grupo ERG, do Cazaquistão, e financiamentos de fontes como BNDES para a reativação do projeto de mineração, que tem investimentos previstos em mais de R\$ 30 bilhões, incluindo a logística ferroviária e portuária (leia mais aqui).

Se o negócio for realmente concretizado, será um passo importante no projeto de Kallas: ele nunca escondeu a pessoas próximas que gostaria de ser dono de uma grande mineradora.

O executivo deu os primeiros passos no setor vendendo minério da pequena mina Taquaril e, depois, arrendando depósitos de rejeitos de mineração de empresas da região produtora de ferro em Minas Gerais, fazendo o reaproveitamento do material que havia sido descartado. Cerca de 12 anos atrás, Kallas podia ser visto nos corredores de empresas como a Vale e outras do setor para oferecer minério e apresentar seu modelo de negócio.

Uma dessas empresas da qual ele arrendava depósitos era a Extrativa Mineral, localizada na região de Nova Lima (MG). Em 2017, a Extrativa foi comprada pelo empresário — foi sua primeira mina de ferro, que hoje faz quase 4 milhões de toneladas/ano. Na aquisição vieram juntos direitos minerários da segunda mina, em Mariana. No final daquele ano, Kallas criou a holding Cedro Participações.



Lucas Kallas, controlador do grupo empresarial Cedro Participações Foto: Cedro Mineração/Divulgação

A partir daí, seu negócio cresceu. A Cedro Mineração, considerada uma mineradora de médio porte, é hoje o seu principal ativo. Mas o sonho de Kallas é se posicionar como a terceira maior mineradora de ferro do País — ou até a segunda — ainda antes do final da década. Hoje, já é a quinta — atrás da Vale, CSN Mineração, Anglo American e Samarco.

O projeto da Bamin cai como uma luva dentro desse plano, pois abre uma porta à Cedro para o mercado internacional. A depender do perfil societário da joint venture em fase de negociações com Vale e BNDESPar, a Cedro poderá vender, por ano, até 8 milhões de toneladas de minério de alta pureza. O produto é disputado por siderúrgicas de todo o mundo para redução de emissões de CO₂, dadas as suas características mais “limpas”.

Com as duas minas atuais em operação, a Cedro tem capacidade de produzir 7 milhões de toneladas de minério por ano. O plano é atingir 20 milhões com os projetos que estão em desenvolvimento na região de Barão de Cocais. São mais quatro minas: Dois Irmãos, Serra do Lessa, Vargem e Sapé. Para esses projetos está previsto um terminal ferroviário para movimentar 8 milhões de toneladas.

Mineração, setor imobiliário e agronegócio no foco

A Cedro Participações, cujo capital é 89% de Kallas e de sua irmã, avançou em várias frentes de negócios desde 2017. Hoje, atua no agronegócio, com produção de café arábica irrigado e grãos em Minas; em biomedicamentos (insulinas e anticoagulantes, com participação na farmacêutica mineira Biom); em projetos imobiliários sob medida (built to suit) voltados para locação e também no alto padrão (condomínios de luxo); e pecuária em larga escala.



No ano passado, o grupo anunciou plano de construir uma mini ferrovia de 26 km na região de Serra Azul (MG) para transportar minério de ferro de empresas que têm operações na região e embarcam por caminhões até uma ferrovia maior. O investimento previsto é de R\$ 1,8 bilhão.

Em 2008, quando seu foco de atuação era a construção civil, Kallas chegou a ser preso pela Polícia Federal no âmbito da Operação João de Barro, que investigou esquema de desvio de recursos de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os valores, segundo a PF, eram desviados de obras de casas populares e estações de tratamento de esgoto.

Procurada, a assessoria do grupo Cedro informou que, “sobre a operação de 2008, relacionada a uma empresa de engenharia onde Lucas Kallas atuou como executivo, os fatos já foram devidamente esclarecidos na Justiça, restando apenas uma ação em andamento”. “As demais já foram encerradas, com total reconhecimento de inocência”, diz.

A sede do grupo fica em Belo Horizonte, mas o empresário vive constantemente circulando entre São Paulo, Brasília, Estado Unidos (Miami e Nova York) e outros locais. Na capital paulista, tem um escritório próximo da Avenida Faria Lima.

Na capital federal, já integrou “Conselhão”, grupo de empresários e membros da sociedade civil que tem encontros regulares com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para estar em vários locais diferentes com maior rapidez, Kallas usa jato particular — pelo menos até o ano passado, era um Bombardier Challenger 605, de 12 lugares. Ele voa também para lugares onde avalia investimentos na área imobiliária, como condomínios de luxo em praias paradisíacas na costa brasileira, além de suas fazendas de café e gado no interior de Minas.

Em 2023, as viagens de Kallas a bordo da aeronave ganharam o noticiário nacional após reportagem da revista Piauí apontar que autoridades pegaram carona no jatinho, como uma procuradora da Fazenda e o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais. O caso gerou uma investigação por parte do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que arquivou o processo no mesmo ano.

Sobre isso, a Cedro disse que a apuração do CNMP foi arquivada, por unanimidade, em 2023. E que a relação pessoal do empresário com um procurador de seu círculo de amigos não beneficiou qualquer caso envolvendo a Cedro ou Lucas Kallas.

Vendas para a Vale

O fato de a Cedro ser a eventual parceira da Vale na compra da Bamim, um negócio que pode ultrapassar os R\$ 30 bilhões, pode causar uma certa estranheza, pelo porte atual da empresa. Mas, segundo pessoas envolvidas nas conversas disseram ao Estadão, isso não seria um complicador.

A empresa já produz 7 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e tem projetos de triplicar o volume em três anos. Além disso, a companhia já tem uma relação comercial com a Vale, para quem vende parte de sua produção atual.

Pelo desenho do negócio atualmente em conversas, a Cedro teria entre 20% e 30% da Bamin — cuja previsão é de produção de 26 milhões de toneladas de minério por ano. Teria, portanto, de arcar com desembolsos bilionários.

Conforme informações recentes do empresário, apenas a Cedro Mineração deve faturar cerca de R\$ 3 bilhões neste ano, podendo triplicar em três anos com as expansões previstas. Por sua parte, o grupo vai contar com mais uma parcela de receita de seus outros negócios.

Expansão e internacionalização, com minério ‘sustentável’

Nos planos de expansão e internacionalização de Kallas, o foco é a produção de minério mais sustentável, voltado para o processo chamado de redução direta, que tem maior valor agregado por

ser um produto considerado “verde”. O chamado pellet feed geralmente tem 68% de teor de ferro e menor presença de elementos contaminantes (sílica, fósforo e alumina). É esse, em sua maioria, o minério da mina da Bamin.

O objetivo do empresário é substituir gradualmente em suas minas de ferro de Minas o sinter feed, o tipo de minério mais produzido no País e ainda o de maior uso na siderurgia mundial —, mas considerado mais poluente.

O perfil de produção da Cedro, previsto para 2028, prevê atingir 70% do volume como pellet feed. Para chegar a esse patamar, a previsão é investir em torno de R\$ 8 bilhões de 2024 até o final de 2027 nos projetos em desenvolvimento.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/10/2024

Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

INFLAÇÃO DOS EUA CAI PARA MENOR NÍVEL DESDE FEVEREIRO DE 2021, EMBORA AINDA COM CERTA PRESSÃO DE PREÇOS

O núcleo da inflação ao consumidor americano registrou alta de 0,3% em agosto

Por Christopher Rugaber, Em Associated Press — de Washington



Contêineres empilhados em navio, no porto de Savannah, na Georgia (EUA) — Foto: Stephen B. Morton/AP

A inflação nos EUA caiu em setembro para o menor nível desde que iniciou sua trajetória de alta, há mais de três anos, e somou-se a uma série de notícias econômicas encorajadoras nas semanas finais da corrida presidencial no país.

Os preços ao consumidor subiram apenas 2,4% em setembro na comparação anual, abaixo dos 2,5% em agosto e a menor elevação anual desde fevereiro de 2021. Na comparação mensal, os

preços subiram 0,2% de agosto a setembro, a mesma variação do mês anterior, segundo divulgou o Departamento de Trabalho dos EUA nesta quinta-feira (10).

No entanto, o "núcleo" do indicador, que não leva em conta os preços mais voláteis, dos alimentos e das fontes de energia e é um termômetro da inflação subjacente, continuou alto em setembro, encabeçado pelo aumento dos custos da saúde, vestuário, seguros automotivos e passagens aéreas. O núcleo da inflação em setembro apontou alta de 3,3% nos preços na comparação anual e de 0,3% na mensal. Os economistas acompanham de perto o núcleo, que costuma fornecer melhores indicações sobre a inflação futura.

Vistos como um todo, os números de setembro mostram que os preços confluem de forma clara para a meta anual do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), de 2%, ainda que de forma gradual e irregular. A alta nos aluguéis de apartamentos diminuiu em setembro, sinal de que a inflação da habitação enfim perdeu força, o que era aguardado há muito e deve trazer alívio para muitos consumidores.

A inflação total de setembro foi contida pela forte queda mensal nos preços da gasolina, de 4,1%, de agosto a setembro. Os preços nos supermercados deram um salto de 0,4% em setembro, após



cerca de um ano de aumentos mensais mais moderados, embora tenham aumentado apenas 1,3% na comparação anual.

Os preços dos alimentos em restaurantes aumentaram 0,3% em setembro e 3,9% nos últimos 12 meses. E os preços de roupas subiram 1,1% de agosto a setembro e ficaram 1,8% mais altos do que há um ano.

A melhora no panorama da inflação chega na esteira de um relatório sobre o emprego em grande parte positivo, divulgado na semana passada. As contratações tiveram aceleração em setembro e o índice de desemprego caiu de 4,2% para 4,1%. O governo também divulgou uma sólida expansão da economia de 3% ao ano no segundo trimestre. O crescimento provavelmente manteve um ritmo similar no trimestre de julho a setembro, que acaba de ser concluído.

A inflação em queda, a força nas contratações e o crescimento saudável podem diminuir a vantagem do ex-presidente Donald Trump no front econômico na corrida presidencial, apontada pelas pesquisas de opinião pública. Em algumas pesquisas, a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, empatou com Trump na questão de quem lidaria melhor com a economia, após Trump ter liderado com folga no tema à frente do presidente Joe Biden.

Ao mesmo tempo, a maioria dos eleitores ainda dá notas relativamente baixas à economia, principalmente em razão da alta acumulada dos preços nos últimos três anos.

Para o Fed, o relatório de emprego da semana passada, muito mais forte do que o previsto, alimentou algumas preocupações de que a economia poderia não estar esfriando o suficiente para desacelerar a inflação no ritmo desejado. Em setembro, o banco central reduziu sua taxa básica de juros de forma contundente, com um corte de 0,50 percentual, o primeiro de qualquer tamanho em quatro anos. As autoridades do Fed também sinalizaram que preveem dois cortes adicionais de 0,25 ponto percentual em novembro e dezembro.

Em declarações feitas nesta semana, várias autoridades do Fed disseram estar dispostas a continuar reduzindo os juros básicos, mas de forma ponderada, um sinal de que cortes adicionais de 0,50 ponto são improváveis.

O Fed "não deveria correr para reduzir" seus juros referenciais, "mas sim proceder gradualmente", disse a presidente do Fed regional de Dallas, Lorie Logan, em discurso na quarta-feira.

A inflação nos EUA e em muitos países da Europa e América Latina decolou diante da recuperação econômica observada após a pandemia, quando a covid-19 fechou fábricas e interrompeu cadeias de suprimentos. A invasão da Ucrânia pela Rússia agravou a escassez de fontes de energia e alimentos, também elevando a inflação. O pico nos EUA foi atingido em junho de 2022, com uma alta de 9,1%.

No início desta semana, economistas do Goldman Sachs projetaram que o núcleo da inflação cairá para 3% até dezembro de 2024. E poucos analistas preveem que a inflação voltará a subir, a menos que os conflitos no Oriente Médio se agravem de forma drástica.

Embora a alta acumulada da inflação tenha abalado a opinião de muitos americanos sobre a economia, os salários e rendas agora vêm subindo mais do que os custos, o que deve facilitar a adaptação dos consumidores aos preços. Em setembro, o Departamento do Censo divulgou que a mediana da renda familiar ajustada pela inflação — o nível de renda em que metade das famílias está acima e metade abaixo — aumentou 4% em 2023, o suficiente para levar as rendas de volta ao pico anterior à pandemia.

Em resposta à alta dos alimentos, muitos consumidores trocaram marcas famosas por marcas próprias ou começaram a comprar mais em lojas de descontos. Essas mudanças aumentaram a pressão, por exemplo, sobre as empresas de alimentos embalados para que desacelerassem seus aumentos de preços.



Nesta semana, a PepsiCo divulgou que suas vendas, em volume, caíram após a empresa aplicar fortes aumentos de preços em suas bebidas e lanches.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/10/2024

POR QUE O POWERSHORING É BOM PARA A UE

O powershoring tem enorme potencial para conectar os mercados europeu e latino-americano, criar sinergias, complementariedades e impactos sem precedentes para ambos

Por Jorge Arbache

O acesso à energia renovável e segura é fator decisivo para atacar ao menos duas das preocupações econômicas da Europa, tais como identificadas pelo Relatório Draghi, recentemente publicado pela Comissão Europeia (CE): a recuperação da competitividade e a agenda de descarbonização. A energia também passou a ser fator decisivo para os objetivos da região com a mitigação das mudanças climáticas e para a segurança. Para enfrentar esses desafios, a Europa está mirando na autonomia e na autossuficiência e em políticas de substituição de importações. Mas deveria a Europa contar com aliados para atingir suas metas?

Um desenvolvimento recente potencialmente de interesse para a Europa é o powershoring, uma estratégia corporativa para descarbonizar a produção, atender a padrões ambientais internacionais e garantir ou aumentar a competitividade. O powershoring significa produzir em locais que já oferecem acesso a fontes energéticas renováveis abundantes. A escolha de locais de produção está se tornando tema desafiador no atual contexto europeu, em que tensões geopolíticas e demandas regulatórias estão afetando o acesso à energia, investimentos no setor energético e até a resiliência de cadeias de produção. Por isto, muitas empresas estão considerando, ou já estão diversificando a geografia da produção. Zonas com portos modernos e com acesso abundante à energia renovável, segura e barata, água e disponibilidade de áreas industriais estão se apresentando como locais atrativos para acomodar aqueles interesses.

Esta tendência já está em movimento em alguns países da América Latina e Caribe (ALC) nos quais as matrizes elétricas já são amplamente renováveis. Não por acaso, a ALC já está recebendo importantes investimentos em setores intensivos em energia como biocombustíveis, fertilizantes, papel e celulose, dentre outros.

Dada as imensas vantagens comparativas e competitivas e as condições estruturais favoráveis da região, o powershoring provavelmente se converterá numa classe de ativos e atrairá ainda maior atenção de fundos de investimentos, fundos soberanos, bancos e investidores institucionais. Mas o powershoring está enfrentando competição pela atração de projetos com países ricos, que estão oferecendo subsídios e grants sem precedentes e implementando protecionismo e discriminação para proteger mercados, especialmente os de produtos verdes. Gabriel Pinto e Luana Gaspar: Os problemas de importar modelo de mercado de carbono

Porém, evidências já apontam que muitos daqueles projetos não parariam de pé sem blindagem e generosidade fiscal, gerando dependência de recursos públicos e encorajando investimentos ineficientes, com potenciais repercussões negativas na produtividade, na inovação e nos preços. Por isto, é provável que, cedo ou tarde, aquelas fissuras se convertam em rachaduras. Neste contexto, a cooperação e a colaboração com outros países poderão ser instrumentais para a Europa.

Considere o caso do hidrogênio verde (H2V). O setor tem recebido especial atenção e apoio massivo da CE tanto para a produção local, como para a produção em outras regiões, para exportação para a Europa. Mas análises custo-benefício mostram que a estratégia implica em custos extremamente elevados e em riscos diversos que não deverão ser solucionados em ao menos uma década. A ALC poderia, a partir dos seus vastos recursos naturais, energéticos e hídricos, produzir e exportar bens industriais básicos intensivos em H2V, o que permitiria descarbonizar linhas de produção europeias rapidamente e a um custo bastante atrativo. Pense no papel que o aço, o alumínio e o plástico



verdes produzidos na região poderia ter, por exemplo, na competitividade da indústria automotiva europeia.

De fato, o powershoring tem enorme potencial para conectar os mercados europeu e latino-americano, atores e setores de maneira a criar sinergias, complementariedades e impactos sem precedentes para ambos os lados do Atlântico. Mas isto não ocorrerá automaticamente, pois requer novos modos de colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil.

Essa comunhão de interesses poderia ajudar a garantir e expandir empregos na Europa, além de expandir a oferta de produtos industriais verdes a preços mais competitivos, cujo maior beneficiário seria o cidadão e consumidor europeu comum. A colaboração também poderia criar empregos e renda na ALC, com implicações significativas para a pobreza e a desigualdade na região. O powershoring poderia, portanto, ser vetor e catalizador da transição verde e justa em ambos os lados.

Países latino-americanos ainda oferecem outras vantagens, como a imensa biodiversidade, a disponibilidade de muitos minerais críticos para a transição e a experiência e liderança em tecnologias, produção e modelos de negócios em biocombustíveis. A colaboração entre as duas regiões se ancoraria numa base sólida, afinal, o comércio entre as duas regiões já é elevado e pujante, a Europa é a região com o maior estoque de investimentos diretos em muitos países da ALC e muitas de suas empresas já têm forte presença na região. De fato, várias empresas e bancos europeus relevantes têm países da ALC como o seu principal mercado fora da Europa. A relação entre a Europa e a ALC já é, portanto, ampla, profunda e bem estabelecida, o que funcionaria como ponte natural para esta nova etapa de colaboração.

Parceria com a Europa requer visão aberta e pragmática, aprendizado contínuo e experimentação

A modo de exemplo, pense no caso do Brasil. A matriz elétrica do país já é 93% renovável, o custo de produção da energia renovável é altamente competitivo, o país tem gigantesco potencial para a produção de H2V desde diferentes rotas tecnológicas, sempre de maneira vantajosa, e o país já conta com portos bem equipados e bem localizados e com áreas industriais modernas com amplo acesso à energia renovável.

O governo está implementando políticas de sustentabilidade e políticas setoriais, como em H2V e biocombustíveis, trazendo previsibilidade jurídica e apoio para os investimentos, e estimulando a colaboração público-privada. Ademais, o país é uma das maiores bases globais dos investimentos europeus e compartilha valores e princípios fundamentais com a Europa. Outros países do Mercosul compartilham várias daquelas condições, o que sugere que o acordo comercial ora em discussão entre as duas regiões poderia ser ponto de partida e instrumento catalítico de interesses comuns focados no futuro.

Esta eventual parceria entre a ALC e a Europa requer visão aberta e pragmática, experimentação e aprendizado contínuo apoiado por políticas e medidas de inovação tanto na esfera pública quanto na privada. Para ter sucesso, a colaboração deveria considerar parcerias científica e tecnológica, temas de certificação, padrões, taxonomias e marcos regulatórios, acesso a mercados, investimentos, capital humano, financiamento, dentre outros temas fundamentais.

Jorge Arbache é professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) e escreve mensalmente às quintas feiras neste espaço.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/10/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DISCUSSÕES SOBRE METAS DE DESCARBONIZAÇÃO TERÃO 2 ENCONTROS TÉCNICOS ANTES DA MEPC83

Por Danilo Oliveira Navegação 09/10/2024 - 23:10



Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho da IMO voltará a discutir tema definitivamente entre 7 e 11 de abril. Estados-membros ainda buscam consenso entre critérios a serem adotados

Grupos técnicos terão mais dois encontros antes da próxima reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho (MEPC 83) da Organização Marítima Internacional, que será decisiva para a definição das metas de descarbonização da navegação mundial. A IMO considera que, nas discussões encerradas na

última semana, houve progressos importantes nas negociações para um conjunto de regulamentações globais vinculativas sobre a estrutura de emissões Net Zero, visando atingir os objetivos de redução de gases de efeito estufa (GEE) em navios, que haviam sido definidos em 2023. O desafio das delegações, porém, será chegar a um consenso sobre temas técnicos e econômicos complexos num espaço de tempo considerado curto.

A IMO avalia que, na conclusão dos trabalhos da 82ª sessão do MEPC, entre 30 de setembro e 4 de outubro de 2024, os estados-membros identificaram mais pontos de convergência em suas posições. Eles produziram um esboço do texto base para as negociações em andamento em torno das propostas de medidas de médio prazo para a redução de GEE, que devem ser adotadas em 2025.

Essas propostas de medidas de médio prazo para redução de GEE (que se baseiam em medidas de curto prazo adotadas anteriormente) incluem um padrão de combustível marítimo baseado em metas que deverá introduzir gradualmente uso obrigatório de combustíveis com menor intensidade de GEE e um mecanismo global de precificação de emissões de GEE no transporte marítimo. Elas estão voltadas para impulsionar a transição dessa indústria a alcançar o Net zero das emissões de GEE por volta de 2050.

O rascunho do texto legal produzido na MEPC 82 integra contribuições e propostas de estados membros e organizações internacionais sobre possíveis emendas a serem feitas ao anexo VI da Marpol (Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios). Se adotadas, essas emendas devem incorporar as novas medidas propostas ao Direito internacional.

Os debates abrangem desde temas técnicos relacionados aos combustíveis candidatos à transição energética a medidas econômicas e critérios que envolvem a taxa para navios que descumprirem as metas de descarbonização estabelecidas para as próximas décadas. Durante a sessão também houve a discussão sobre o eventual estabelecimento de um registro de intensidade de GEE e de um fundo facilitador para a implementação de elementos técnicos e econômicos das medidas de redução dos GEE da IMO.

A próxima sessão (MEPC 83) está marcada para o período de 7 a 11 de abril de 2025, quando os membros esperam aprovar as emendas que serão adotadas formalmente em outubro de 2025. Haverá um período de negociações entre esta e a próxima reunião da MEPC, a fim de resolver pontos de divergência e refinar o rascunho do texto antes da aprovação na sessão do MEPC 83, em abril de 2025, e posterior adoção no outono do mesmo ano.

A agenda do comitê prevê duas reuniões interseccionais com foco em avançar no desenvolvimento das medidas de médio prazo para a redução de emissões de GEE por navios: ISWG-GHG 18, entre os dias 17 e 21 de fevereiro de 2025; e ISWG-GHG 19 durante a semana anterior à sessão da MEPC 83.

No encerramento da MEPC 82, o secretário-geral da IMO, Arsenio Dominguez, disse que houve uma atmosfera construtiva durante a semana de discussões. “O comprometimento demonstrado nos permitiu identificar mais áreas de convergência na definição da estrutura legal para o Net Zero, que efetivamente vai guiar a próxima rodada de diálogo. Estou convencido de que na próxima sessão, vocês estarão prontos para um acordo”, declarou.

Marcus Augusto, representante da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) presente ao MEPC 82, estima que três itens referentes à parte de controle dos GEE e à eficiência energética tenham dominado 80% da reunião e representem mais da metade dos 139 documentos apresentados. Ele disse à Portos e Navios que muitos temas ainda precisarão ser decididos em poucos meses, já que a MEPC é o deadline para que essas definições sejam adotadas.

Um dos pleitos do segmento de cabotagem, que vêm sendo discutidos junto à delegação do Brasil na IMO, é que seja facultado a países com extensa costa, como o Brasil, adotar em suas águas jurisdicionais as prescrições da IMO, desde que embarcações trafeguem exclusivamente em águas nacionais. No caso do Brasil, estabelecer que embarcações que transitem exclusivamente em AJB, de bandeira brasileira ou estrangeira, possam não adotar normas da IMO. O objetivo é que viagens curtas que tocam os portos nacionais com frequência maior do que navios de longo curso sejam tratados de modo especial.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/10/2024

REVISÃO DA NORMA DE AFRETAMENTO COMEÇARÁ POR 8 PONTOS PRINCIPAIS

Por Danilo Oliveira Navegação 09/10/2024 - 22:22



Minuta da RN-01/2015 da Antaq ficará em consulta até 23 de outubro e vai concentrar discussões modificações decorrentes da Lei 14.301 e que dispensam AIR

A revisão da resolução normativa (RN 01/2015) da Antaq, que trata do afretamento de embarcações, vai se concentrar inicialmente em oito pontos principais, a fim de adequar o normativo à Lei 14.301/2022 (BR do Mar), que aguarda o decreto regulamentador há mais de dois anos. Durante audiência pública, nesta quarta-feira (9), representantes de empresas brasileiras de

navegação (EBNs) apontaram pontos de ajuste na minuta. Entre as preocupações manifestadas estão termos de classificação das EBNs e a necessidade de mais clareza quanto às empresas brasileiras de investimentos em navegação (EBIN), que foram introduzidas pela Lei 14.301.

O prazo para envio das contribuições vai até o próximo dia 23 de outubro. A consulta pública tem objetivo de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta normativa que estabelece os procedimentos e critérios para o afretamento de embarcação por EBN nas navegações de apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso.

A diretora da Antaq, Flávia Takafashi, ressaltou que o fatiamento da alteração da resolução normativa teve objetivo de concentrar as primeiras discussões sobre a modificação da norma decorrentes das alterações da Lei 14.301, bem como em questões procedimentais e ajustes redacionais, que não requerem análise de impacto regulatório (AIR) e que não necessitam de



estudos mais aprofundados porque incorporam interpretações e conceitos trazidos pela legislação vigente.

Entre as principais questões na versão final da minuta, disponível no site da Antaq para contribuições, está a alteração dos conceitos de embarcações brasileiras e de EBN e dos critérios para afretamento em substituição à embarcação em docagem para a cabotagem. Outra modificação em discussão é a inclusão e regramento da hipótese de afretamento de embarcação estrangeira a casco nu para a cabotagem, com suspensão de bandeira, independentemente de autorização. A minuta também aborda o regramento dos afretamentos e cessão de tonelagem e cessão de tonelagem por EBIN e da exclusão da hipótese de afretamento por tempo para uma única viagem e de limitações por tonelagem e embarcação de tipo semelhante na frota.

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem alertou que a padronização sugerida no texto utiliza o termo 'embarcação brasileira', em vez de 'embarcação de bandeira brasileira'. A avaliação da Abac é que, quando o normativo trata apenas por 'embarcação brasileira', sem dizer que é da bandeira brasileira, pode haver confusão e problemas futuros.

Um dos riscos, por exemplo, é uma embarcação de propriedade de um brasileiro sem arvorar a bandeira brasileira, já que a lei prevê a possibilidade de afretar embarcação a casco nu, com suspensão de bandeira. "Recomendamos e vamos propor que seja mantida a definição de 'embarcação de bandeira brasileira' em todo o texto da resolução", disse o diretor executivo da Abac, Luis Fernando Resano, durante a audiência.

A Abac também defende que os direitos das EBINs sejam controlados na navegação, uma vez que essa denominação foi criada com olhar mais para incentivar a indústria naval do que para incentivar a navegação brasileira. A associação identifica o risco de geração de um 'mercado paralelo' desnecessário e sem fixação dos ativos no Brasil, considerando que, ao subafretar essas embarcações, afretando do exterior para fretar a uma EBN sem que essa empresa tenha compromisso de que embarcação construída pela EBIN seja utilizada.

"Se a EBIN tiver uma 'carta branca' para afretar embarcações estrangeiras, não sendo ele um operador (EBN), simplesmente podendo repassar essas embarcações sem nenhum critério mais rigoroso, criaremos um mercado paralelo de afretamentos que poderá ser danoso para a navegação brasileira, uma vez que teremos empresas fazendo afretamento baseado em construção que nem sempre saberemos se serão concretizadas", disse Resano.

O gerente de regulação da navegação, José Gonçalves Moreira Neto, disse que a Antaq vai avaliar o melhor termo para as embarcações no texto final da resolução. Ele justificou que a intenção da mudança foi unificar os termos e que o espírito de embarcações de bandeira brasileira será preservado caso permaneça essa definição de 'embarcação brasileira'.

Neto acrescentou que as contribuições também ajudarão na revisão de outro normativo, a RN-05, que trata de outorgas e que em breve também deve entrar em audiência pública. A Antaq também considera que a agência precisa acompanhar para saber o comportamento do mercado de afretamento. "A Antaq não tem que autorizar esses afretamentos, mas minimamente controlar. Estamos com proposta de receber um mínimo de informações das EBINs, com relação inclusive às frotas e afretamentos para controle e para auferir o impacto disso no mercado e se há prejuízo à concorrência", comentou.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/10/2024

MARINHA ENCONTRA CORPO DURANTE AÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO EM MANACAPURU (AM)

Da Redação Navegação 09/10/2024 - 20:42



Nesta quarta-feira (9), a Marinha do Brasil (MB) informou que a equipe de busca e salvamento da Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental (CFAOC) localizou um corpo no rio Solimões, nas proximidades do Porto da Terra Preta, em Manacapuru, Amazonas. O Corpo de Bombeiros foi acionado e realizou a retirada do corpo, que será encaminhado ao Instituto Médico Legal de Manacapuru para perícia.

A Marinha segue com as operações de busca e salvamento na região, mobilizando dois Navios de Assistência Hospitalar, um helicóptero, uma lancha blindada, mergulhadores e Fuzileiros Navais. As equipes continuam os trabalhos para localizar possíveis vítimas do deslizamento de terra ocorrido na última segunda-feira (7).

A MB coordena suas ações em conjunto com o Governo do Estado do Amazonas, a Prefeitura de Manacapuru, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros. Além das ações de resgate, foi aberto um inquérito para investigar as causas e circunstâncias do acidente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/10/2024

MPOR ASSINA CONTRATO DO TUP LUÍS CORREIA E COOPERAÇÃO PARA HIDROVIA DO PARNAÍBA

Da Redação Portos e Logística 09/10/2024 - 20:44



Nesta quarta-feira (9), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou o contrato para a construção do aguardado Terminal de Uso Privado (TUP) em Luís Correia, no Piauí. Com um investimento de R\$ 543,5 milhões, a obra promete modernizar a infraestrutura portuária da região e impulsionar significativamente a economia local. O governo estadual estima que o porto aumentará a arrecadação em R\$ 300 milhões por ano e poderá dobrar o Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí em até 10 anos.

O novo terminal será multifuncional, com capacidade para movimentar uma ampla gama de cargas, como granel sólido (mineral e vegetal), granel líquido, gasoso, carga geral e containerizada. Sua infraestrutura permitirá o recebimento de embarcações de até 60 metros de comprimento, com 6 metros de calado e 11 metros de boca, ampliando as oportunidades de comércio e exportação. Até agora, R\$ 35 milhões já foram investidos na fase inicial do projeto, que inclui a construção do pátio, estrada de acesso e a sede do terminal.

Durante a assinatura, o ministro celebrou o avanço, destacando a importância da obra para o Estado, que até então não contava com um porto nem hidrovia. O governador Rafael Fonteles também enfatizou o valor estratégico do projeto, que será operacionalizado via parceria público-privada (PPP) já em 2025. Além das obras do terminal, o projeto também inclui a implementação de um terminal de produção de hidrogênio verde (H2V), considerado uma revolução para o Piauí e toda a região do Matopiba, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que se destaca no agronegócio brasileiro.

Durante o evento, Costa Filho também assinou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a União e o Estado do Piauí, delegando a gestão da Hidrovia do Rio Parnaíba ao governo estadual. A hidrovia, com 1.344 km de extensão, é essencial para o transporte de cargas, especialmente grãos como soja, cana, arroz e milho, provenientes do sul do Piauí e sudeste do Maranhão.

Com o ACT, o Estado assume a responsabilidade pelos contratos existentes relativos à hidrovia e pelo desenvolvimento de novos estudos e projetos. A hidrovia do Parnaíba será a primeira no Brasil a ser conduzida por um governo estadual.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/10/2024

ANTAQ APERFEIÇA PESQUISA SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR AQUAVIÁRIO

Da Redação Navegação 09/10/2024 - 20:39

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em parceria com a Wista Brazil (Women's International Shipping and Trading Association), está aprimorando o questionário de pesquisa sobre equidade de gênero no setor aquaviário. O novo questionário será aplicado a cada dois anos, com a próxima edição prevista para 2025, segundo a diretora Flávia Takafashi, durante o Fórum Brasil Export.

A primeira pesquisa, realizada em 2023, revelou que 17,6% das vagas no setor aquaviário brasileiro são ocupadas por mulheres. A agência pretende monitorar a participação feminina no setor e aumentar essa presença, promovendo a equidade de gênero. A Antaq já promove ações para aumentar a participação feminina no setor, como o Curso de Gestão Portuária, exclusivo para mulheres, oferecido desde 2008 em Le Havre, França, e o lançamento da assistente virtual Lara, programada para apoiar vítimas de assédio.

Além disso, a agência lançou um Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário, focado em proteger mulheres que trabalham nos portos e na navegação. O guia foi criado em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, Wista Brazil e a OAB. A Antaq também criou o Comitê-Geral de Gênero e Diversidade do Setor Aquaviário, que promoverá ações de inclusão e diversidade no setor. O comitê, formado por membros da Antaq e outras entidades nacionais e internacionais, será um importante agente de transformação social, integrando práticas de equidade nas operações e políticas regulatórias. A previsão é que o comitê seja oficialmente composto dentro de 30 dias.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/10/2024

NOVOS CONSELHEIROS DO CAP DOS PORTOS DE SALVADOR E ARATU-CANDEIAS TOMAM POSSE

Da Redação Portos e logística 09/10/2024 - 20:46



Na 66ª Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) dos Portos de Salvador e Aratu-Candeias, realizada em 08 de outubro, foram empossados os novos conselheiros: Antonio Gobbo, presidente da Companhia Docas da Bahia (Codeba), representando o poder público, e Roberto Zitelmann, da ABTRA, representando a classe empresarial.

Durante o encontro, foram discutidos temas estratégicos, como a operação da Hidrovia do Rio São Francisco e o desenvolvimento do recém criado Cluster Tecnológico Naval da Bahia, além de investimentos nos

portos. Questões operacionais também foram abordadas com a participação da Capitania dos Portos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/10/2024

CARGILL INAUGURA CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO EM GOIÂNIA

Da Redação Portos e logística 09/10/2024 - 20:41



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 110/2024
Página 54 de 54
Data: 10/10/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



A Cargill anunciou a inauguração de um novo Centro de Distribuição (CD) em Goiânia (GO), projetado para melhorar a logística da empresa no setor de alimentos, com foco no crescimento da demanda por produtos atomatados. O novo espaço, com 15 mil metros quadrados, 12 docas e capacidade para armazenar até 27 mil pallets, será fundamental para ampliar a eficiência e agilidade das operações da empresa na região.

Localizado perto da planta de produção de Goiânia, o centro foi desenvolvido com tecnologia de ponta, incluindo empilhadeiras de bateria de lítio e sistemas avançados de controle, visando uma operação eficiente e sustentável. A expectativa é de movimentar mais de 200 mil pallets no primeiro ano fiscal. De acordo com Luciano Pontes, líder da área de supply chain de food solutions da Cargill na América do Sul, a nova estrutura elevará a qualidade das operações logísticas, além de proporcionar redução de custos e maior integração com a fábrica.

O projeto foi desenhado para atender não apenas à demanda crescente, mas também para otimizar o atendimento de clientes dos setores de varejo e food service. O investimento faz parte de uma estratégia da Cargill para fortalecer suas operações e preparar a companhia para futuros projetos. A nova instalação é peça-chave dentro de um programa contínuo de melhorias implementadas nos últimos anos, com foco em aumentar a eficiência e a sustentabilidade das operações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/10/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 10/10/2024